

Anexo 1 - Legislação Incidente

Tabela de Legislação Incidente

Constituição			
Constituição	Anos	Destques	
Federal	1988	Título VIII – Da ordem Social, artigos 23 e 24 Capítulo VI – Do Meio Ambiente, artigo 225 e parágrafos Título VI – Da tributação e do orçamento	
Estadual	1989	Capítulo IV – Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento Seção I, do Meio Ambiente – artigos 192 a 204 Seção II, da Cultura – artigo 215 Título V – Da tributação, das finanças e dos orçamentos Disposições Transitórias, artigo 44	
Política Nacional de Meio Ambiente			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	6.938	1981	Política Nacional de Meio Ambiente – criação
Lei Federal	7.804	1989	Altera a Lei nº 6.938/81
Decreto Federal	99.274	1990	Política Nacional de Meio Ambiente – regulamento
Política Estadual de Meio Ambiente e de Florestas			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	9.509	1997	Política Estadual de Meio Ambiente (cria o Sistema Estadual de Meio Ambiente - SEAQUA)
Decreto Estadual	47.400	2002	Regulamenta dispositivos referentes ao licenciamento ambiental da Lei nº 9.509/97
Decreto Estadual	51.453	2006	Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR) - criação (transfere a administração das Unidades de Conservação - UC para a Fundação Florestal - FF) - alterado pelo Decreto Estadual nº 54.079
Resolução SMA	16	2007	Organização do SIEFLOR
Decreto Estadual	53.027	2008	Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente
Decreto Estadual	54.079	2009	Altera os artigos 5º, 6º e 9º, acrescenta o artigo 9º A e modifica os Anexos do Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, que cria o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR e dá providências correlatas
Lei Estadual	13.798	2009	Política Estadual de Mudança Climática no Estado de São Paulo
Políticas Públicas Ambientais			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei federal	9.985	2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)
Decreto Federal	4.340	2002	SNUC - regulamento
Decreto Federal	4.339	2002	Política Nacional da Biodiversidade
Decreto Federal	4.703	2003	Cria Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO)
Decreto Federal	5.758	2006	Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas
Normas Especiais Correlatas			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Resolução CONAMA	11	1988	Queimada em UC
Portaria IBAMA	760	1989	Assegura acesso gratuito aos maiores de 60 anos em UC Federais
Resolução CONAMA	13	1990	Entorno de UC (10 km) – regulamenta artigo 27 do Decreto Federal nº

			99.274/90 – revogada pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 428/10. Revogada pela Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010.
Portaria IBAMA	90-N	1994	Pedidos de autorização para realização de filmagens, gravações e fotografias, de caráter científico ou comercial, nas UC federais de uso indireto
Resolução CONAMA	09	1996	Corredores entre remanescentes – definição
Resolução SMA	32	1998	Visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas UC do Estado
Portaria IBAMA	77-N	1999	Criação de UC – critérios e procedimentos
Lei Estadual	11.527	2003	Sinalização obrigatória de UC
Resolução CONAMA	331	2003	Câmara Técnica de UC e áreas protegidas – criação
Decreto Federal	6.514	2008	Regulamenta sanções administrativas de crimes ambientais (Lei Federal nº 9.605/98)
Decreto Federal	6.515	2008	Programas de Segurança Ambiental - Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guardas-Parque
Resolução SMA	59	2008	Regulamenta procedimentos de uso público nas UC, incorpora os procedimentos da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) nº 32/1998
Resolução CONAMA	428	2010	<i>Regulamenta o artigo 36, § 3º do SNUC</i>
Decreto Estadual	57.401	2011	Institui o Programa de Parcerias para as UC instituídas pelo Estado de São Paulo e que se encontrem sob a administração da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Normas dos Parques e Outras Categorias			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	6.884	1962	Dispõe sobre os parques e florestas estaduais, monumentos naturais e dá outras providências
Decreto Estadual	41.626	1963	Regulamenta a execução da Lei nº 6.884/62 que dispõe sobre os parques, florestas e monumentos naturais
Lei Federal	6.902	1981	Estações Ecológicas e Área de Proteção Ambiental (APA) – criação
Decreto Federal	89.336	1984	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e Reservas Ecológicas
Decreto Estadual	25.341	1986	Regulamento de Parques Paulistas - gestão, plano de manejo, zoneamento
Resolução CONAMA	10	1988	APA
Decreto Federal	99.274	1990	Política Nacional de Meio Ambiente – regulamento (Título II, cap. I e II – Estações Ecológicas e APA)
Decreto Estadual	37.619	1993	APA – regulamento
Resolução CONAMA	04	1995	Reservas Ecológicas – define parâmetros (áreas de preservação permanente, conforme artigo 18 da Lei nº 6.938/81 (posteriormente revogado)
Resolução SMA	32	2002	APA – Licenciamento
Decreto Federal	5.746	2006	Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) - regulamento (o Decreto Federal nº 1.922/96 regula as RPPN criadas até abril de 2006, data deste Decreto)
Decreto Estadual	51.150	2006	Programa Estadual de Apoio às RPPN – criação
Instrução Normativa IBAMA	145	2007	RPPN – procedimentos para reconhecimento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)/Instituto Chico Mendes
Portaria FF	37	2007	RPPN – procedimentos para reconhecimento junto ao Estado – SMA/FF
Decreto Estadual	53.146	2008	Define os parâmetros para a implantação, gestão e operação de estradas no interior de UC de Proteção Integral
UC do Contínuo Ecológico, Zona de Amortecimento e Outros Atos			

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto-Lei	11.908	1941	Cria o Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ)
Lei Estadual	4.105	1984	Declara área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Campos do Jordão
Lei Municipal	1.484	1985	Dispõe sobre a declaração da Área de Proteção Ambiental de Campos do Jordão
Decreto Federal	91.304	1985	Dispõe sobre a implantação de Área de Proteção Ambiental nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo
Decreto Estadual	28.348	1988	Altera da redação do artigo 3º do Decreto nº 22.717/84, que criou as APA
Decreto Estadual	37.539	1993	Cria o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão (PEMCJ)
Lei Federal	9.097	1995	Inclui o Município de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira
Declaração UNESCO	s/nº	1991	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) (1ª Fase)
Lei Estadual	11.262	2002	Declaram Áreas de Proteção Ambiental o trecho da Serra da Mantiqueira e as áreas urbanas no Município de São José dos Campos
Portaria Federal	351	2006	Mosaico de Unidades de Conservação Serra da Mantiqueira
Decreto Estadual	56.613	2010	Cria o Monumento Natural Estadual da Pedra do Baú, localizado no Município de São Bento do Sapucaí, e dá providências correlatas.
Conselhos de Unidades de Conservação			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Estadual	48.149	2003	Conselhos Gestores de APA – criação e funcionamento
Decreto Estadual	49.672	2005	Conselhos Consultivos de UC – criação, composição e funcionamento
Planos de Manejo			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto estadual	25.341	1986	Regulamento de Parques Paulistas - gestão, plano de manejo, zoneamento
Resolução CONAMA	13	1990	Revogada pela Resolução CONAMA nº 428/10. Regulamentava o artigo 27 do Decreto Federal nº 99.274/90 - entorno de UC (10 km)
Roteiros Metodológicos		1996	Critérios elaborados pelo IBAMA – Ministério do Meio Ambiente (MMA) para subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das UC
Lei Federal	9.985	2000	SNUC - Art 2º, incisos XVI, XVII, XVIII
Decreto Federal	4.340	2004	Regulamenta artigos do SNUC - Capítulo IV, artigos 12 a 16
Resolução SMA	29	2010	Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências
Resolução CONAMA	428	2010	Regulamenta o artigo 36, § 3º do SNUC
Das Infrações e Crimes Ambientais e da Reparação de Danos			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto-Lei	2.848	1940	Artigo 165 do Código Penal – define como crime o dano em bens de valor artístico, arqueológico ou histórico
Lei Federal	6.938	1981	Artigo 14 – define as penalidades pelo não cumprimento às medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental
Lei Federal	7.347	1985	Disciplina a Ação Civil Pública (ACP) de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico
Lei Federal	8.078	1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Introduziu o § 6º à Lei Federal nº 7.347/85 – “Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às

			exigências legais, mediante combinações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial".
Lei Federal	9.605	1998	Lei de Crimes Ambientais – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Resolução SMA	37	2005	Estabelece infrações ambientais e respectivas sanções administrativas
Decreto Estadual	52.201	2007	Dispõe sobre a celebração de termos de ajustamento de conduta no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado
Decreto Federal	6.514	2008	Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e processo administrativo federal para apuração destas infrações – Este decreto revogou o Decreto Federal nº 3.179/99
Decreto Federal	6.515	2008	Criação da guarda nacional ambiental
Portaria Normativa IBAMA	11	2009	Regulamento Interno de Fiscalização (RIF)
Do Licenciamento Ambiental e Controle da Poluição			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	997	1976	Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente
Decreto Estadual	8.468	1976	Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente – regulamento
Lei Federal	6.803	1980	Zoneamento industrial em áreas críticas de poluição
Resolução CONAMA	01	1986	Avaliação de Impacto Ambiental – critérios e diretrizes (Estudo de Impactos Ambientais – EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA)
Resolução CONAMA	09	1987	Audiência Pública na avaliação de EIA/RIMA
Resolução CONAMA	10	1987	Reparação de danos ambientais provocados por obras de grande porte
Decreto Federal	95.733	1988	Inclusão no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrentes da implantação
Resolução CONAMA	05	1988	Licenciamento de obras de saneamento (sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotos sanitários, sistemas de drenagem e sistemas de limpeza urbana)
Resolução CONAMA	13	1990	Estabelece o limite de 10 Km das UC para obras de impactos – revogada pela Resolução CONAMA nº 428/10
Resolução SMA	19	1996	Estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental dos Sistemas Urbanos de Esgotamento Sanitário
Decreto Estadual	41.261	1996	Autoriza a SMA a celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando cooperação nas áreas de fiscalização e licenciamento
Resolução CONAMA	237	1997	Licenciamento ambiental – procedimentos e critérios
Decreto Estadual	47.400	2002	Regulamenta dispositivos referentes ao licenciamento ambiental da Lei nº 9.509/97 (Política Estadual do Meio Ambiente)
Resolução CONAMA	305	2002	Dispõe sobre Licenciamento Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente de atividades e empreendimentos com Organismos Geneticamente Modificados e seus derivados
Resolução SMA	33	2002	Dispõe sobre a simplificação do licenciamento ambiental das intervenções destinadas à conservação, manutenção e pavimentação de estradas vicinais que se encontrem em operação
Resolução SMA	54	2004	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente
Resolução SMA	40	2007	Desmatamento Zero – suspende e disciplina supressão de vegetação
Resolução SMA	8	2008	Orientação para reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas
Resolução SMA	11	2010	Dispõe sobre a prévia anuência dos órgãos gestores de unidades de conservação nos processos de licenciamento de empreendimentos ou atividades que possam afetar a própria UC ou sua zona de amortecimento, nos termos do § 3, do artigo 36 do SNUC
Resolução SMA	22	2010	Dispõe sobre a operacionalização e execução da licença ambiental

Resolução SMA	26	2010	Dispõe sobre o licenciamento e a autorização de atividades agrícolas, pecuárias e a criação de outros animais no Estado de São Paulo
Resolução CONAMA	428	2010	Regulamenta o artigo 36, § 3º do SNUC
Compensação Ambiental e Incentivos Econômicos à Proteção			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	3.201	1981	Dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (alterada pela Lei Estadual nº 8.510/ 1993)
Constituição Federal		1988	Artigo 158 - ICMS
Constituição Estadual		1989	Artigo 200 – Compensação Financeira aos Municípios
Lei Federal	32.283	1991	Dispõe sobre a Política Agrícola – Artigos 103 e 104
Lei Estadual	8.510	1993	Dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) Ecológico
Resolução CONAMA	002	1996	Estabelece compensação ambiental (mínimo de 0,5% dos custos totais previstos para implantação do empreendimento)
Lei Federal	9.985	2000	Estabelece a compensação ambiental para empreendimentos que causem significativo impacto (artigos 36, § 1º, § 2º e § 3º do SNUC)
Decreto Federal	4.340	2004	Regulamenta artigos do SNUC, detalhando os procedimentos para a compensação ambiental (artigos 31, 32 e 33)
Resolução CONAMA	371	2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental
Resolução SMA	56	2006	Gradação do impacto para fins de cobrança de compensação ambiental
Decreto Federal	6.848	2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental
Licitações, Contratos e Parcerias			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Estadual	6.544	1989	Estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica
Lei Federal	8.666	1993	Licitações e Contratos; Artigo 116 e parágrafos: aplicam-se no que couber aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres
Decreto Estadual	40.000	1995	Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada
Decreto Estadual	40.722	1996	Dispõe sobre a exigência de autorização do Governador do Estado previamente à celebração de convênios no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica e sobre a instrução dos processos respectivos
Lei Estadual	9.790	1999	Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e disciplina Termo de Parceria
Lei Estadual	11.688	2004	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP)
Decreto Estadual	48.766	2004	Institui o Programa de Gestão Compartilhada de Unidades de Conservação por OSCIP e aprova modelo-padrão de Termo de Parceria
Celebração de Parceria com a FF		2007	Indicam os procedimentos administrativos para o estabelecimento de convênio, protocolo de cooperação técnica e outros
Decreto Estadual	53.336	2008	Institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis
Voluntariado			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.608	1998	Dispõe sobre o serviço voluntário (ressarcimento de despesas ao voluntário poderá ser realizado – no âmbito federal regulamentado pelo Decreto nº 5.313/04)

Decreto Federal	4.519	2002	Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais
Portaria MMA	19	2005	Cria Programa de Voluntariado em UC
Portaria FF	35	2010	Voluntariado
Pesquisa Científica, Coleta e Remessa de Patrimônio Biológico			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Federal		1988	Da Ciência e Tecnologia: artigos 218 e 219
Constituição Estadual	Art.272	1989	Estabelece normas para os Institutos de Pesquisas
Decreto Federal	98.830	1990	Coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil
Portaria IF	s/n	1993	Estabelece Termo de Compromisso sobre direitos e eventuais patentes decorrentes de pesquisa científica no interior das UC
Portaria IBAMA	92-N	1994	Regulamenta a Pesquisa Científica em UC de uso indireto
Portaria IBAMA	016	1994	Dispõe sobre a manutenção e a criação em cativeiro da fauna silvestre brasileira com finalidade de subsidiar pesquisas científicas em Universidades, Centros de Pesquisa e Instituições Oficiais ou Oficializadas pelo Poder Público
Instrução Normativa IBAMA	109	1997	Estabelece e uniformiza os procedimentos de expedição de licença de pesquisa para realização de atividades científicas em UC Federais de Uso indireto, definidas como Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Reservas Ecológicas
Portaria IF	s/n	2000	Obrigatoriedade de acompanhamento da pesquisa científica pelos responsáveis pela gestão da UC
Resolução SMA	25	2000	Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização
Decreto Federal	3.945	2001	Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGPG) e estabelece as normas para o seu funcionamento, alterado pelo Decreto Federal nº 4.946/03
Medida Provisória	2.186-14	2001	Dispõe sobre o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção
Resolução CGPG Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	-13	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição <i>in situ</i> , no território nacional, plataforma continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição <i>ex situ</i> , que não apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico, e dá outras providências
Resolução CGPG	14	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra viva de componente do patrimônio genético de plantas, líquens, fungos e algas macroscópicos que apresentem capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução, existente em condições <i>in situ</i> no território nacional na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, mantida em condições <i>ex situ</i> , para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Resolução CGPG	15	2004	Estabelece procedimentos para o transporte de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição <i>in situ</i> , no território nacional, plataforma continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição <i>ex situ</i> , exclusivamente para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico, que não requeira depósito definitivo na instituição onde será realizada a pesquisa
Resolução CGPG	16	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do patrimônio genético microbiano existente em condição <i>in situ</i> , no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, mantida em condição <i>ex situ</i> , que apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução natural para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Resolução CGen - Conselho de Gestão de do Patrimônio		2006	Estabelece procedimentos para a remessa de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição <i>in-situ</i> , no território nacional, na

Genético			plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, mantida em condição <i>ex-situ</i> , para o desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Instrução Normativa	154	2007	Instituir o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO)
Instrução Normativa	179	2008	Definir as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes
Resolução SMA	68	2008	Estabelece regras para a coleta e utilização de sementes oriundas de UC no Estado de São Paulo e dá outras providências
Tratados Internacionais e Ratificação			
Instrumento (que aprova)	Nº	Ano	Ementa
Decreto Legislativo	3	1948	Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada pelo Brasil, a 27 de dezembro de 1940
Decreto Federal	58.054	1966	Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América
Decreto Federal	76.623	1975	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
Decreto Federal	80.978	1977	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural
Decreto Federal	2.652	1998	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Decreto Federal	2.519	1998	Convenção da Diversidade Biológica (CDB)
Decreto Federal	3.607	2000	Dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES)
Decreto Federal	5.051	2004	Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais
Decreto Federal	5.445	2005	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Decreto Federal	5.705	2006	Protocolo de Cartagena sobre biossegurança da CDB (adotando o princípio da precaução, o objetivo do Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços)
Educação Ambiental			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.795	1999	Política Nacional de Educação Ambiental (estabelece que aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, devem promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente)
Lei Estadual	12.780	2007	Política Estadual de Educação Ambiental
Resolução SMA	18	2009	Projeto Ambiental Criança Ecológica
Resolução CONAMA	442	2010	Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795/99
Estâncias			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Estadual		1989	Artigo 146, §1º e 2º
Decreto Estadual	31.257	1990	Dispõe sobre o Regulamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e dá outras providências
Lei Estadual	7.862	1992	Estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para a transferência e aplicação de seus recursos
Decreto Estadual	36856	1993	Dispõe sobre as atribuições e competências do Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias

Manejo Sustentável			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Portaria IBAMA	439	1989	Reposição florestal de espécies produtoras de palmito
Resolução SMA	11	1992	Exploração da caixeta (<i>Tabebuia cassinóides</i>) – normas
Portaria IBAMA	44-N	1993	Regulamenta os procedimentos adicionais para a implantação da nova sistemática de Autorização para Transporte de Produto Florestal (ATPF)
Resolução SMA	16	1994	Exploração do palmito (<i>Euterpe edulis</i>) – normas
Portaria IBAMA	113	1995	Disciplina a exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste
Resolução SMA	46	1995	Exploração do Jacatirão (<i>Tibouchina</i> spp) - normas
Resolução SMA	27	2010	Dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para a supressão de vegetação nativa, a que se referem os artigos 33 e 34 do Decreto Federal nº 6.660/08, para pequenos produtores rurais e populações tradicionais visando a agricultura sustentável nas áreas de regeneração inicial da Mata Atlântica e dá outras providências
Parcelamento do Solo Urbano e Planos Diretores			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	6.766	1979	Parcelamento do solo urbano
Constituição Federal		1988	Artigos 182 e 183 da Política Urbana
Lei Federal	10.257	2001	Conhecida como “Estatuto da Cidade”, regulamenta os artigos 182 e 183 da CF e estabelece diretrizes gerais da Política Urbana
Lei Municipal	2.737	2003	Que dispõe sobre aprovação do Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão.
Lei Municipal	3.003	2006	Altera o Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão, e dá providências.
Lei Municipal	3.049	2007	Que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município.
Lei Municipal	3.119	2008	Que dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 3.049/07, de 02 de maio de 2.007, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município.
Resolução CONAMA	412	2009	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social
Legislação Fundiária e Patrimonial			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei	601	1850	Dispõe sobre as terras devolutas do Império
Decreto-Lei	3.365	1941	Dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública
Decreto-Lei Estadual	14.916	1945	Dispõe sobre a reserva de terras devolutas e dá outras providências (revogado)
Lei Federal	6.015	1973	Lei de Registros Públicos
Lei Estadual	3.962	1957	Dispõe sobre o processamento das legitimações de posse em terras devolutas
Decreto Estadual	28.389	1988	Dispõe sobre o procedimento administrativo para legitimação de posse, autoriza a outorga de permissões de uso em terras devolutas estaduais e dá outras providências
Decreto Estadual	39.980	1995	Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado
Lei Federal	10.267	2001	Regulamento – Altera dispositivos das Leis nº 4.947/66, nº 6.015/73, nº 9.393/96
Decreto Estadual	55.662	2010	Estabelece que a Fundação Florestal priorize a aquisição amigável dos imóveis, e cria o Parque Estadual de Itaberaba, o Parque Estadual de Itapetininga, a Floresta Estadual de Guarulhos, o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande e dá providências correlatas

Norma de Execução	105	2012	Regulamenta o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o §5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e a norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais.
Das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	4.771	1965	Artigos 2º e 3º - APP (revogado pela Lei Federal nº 12.651/2012)
Medida Provisória	2166-67	2001	Altera os artigos 1, 4, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65, que institui o antigo Código Florestal, bem como altera o artigo 10 da Lei nº 9.393/96, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), e dá outras providências
Resolução CONAMA	302	2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno
Resolução CONAMA	303	2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (revoga a Resolução CONAMA nº 004/85)
Resolução CONAMA	369	2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em APP
Decreto Estadual	50.889	2006	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural e compensação da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Revogado pelo Decreto Estadual nº 53.939/09
Decreto Estadual	53.939	2009	Dispõe sobre a compensação de reserva legal em áreas de UC – revoga Decreto Estadual nº 50.889/06
Lei Federal	12.651	2012	Artigo 4º ao 9º - APP
Resolução CONAMA	425	2010	Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de APP e outras de uso limitado.
Lei Federal	12.651	2012	Artigo 4º ao 9º - APP
Mata Atlântica e Florestas			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	4.771	1965	Antigo Código Florestal
Constituição Federal		1988	Artigo 225, §4º - declara a Mata Atlântica, entre outros, patrimônio nacional
Constituição Estadual		1989	Artigo 196 - declara a Mata Atlântica como espaço territorial especialmente protegidos
Resolução CONAMA	10	1993	Estabelece parâmetros para análise do estágio sucessional
Resolução SMA/IBAMA	01	1994	Define vegetação primária e secundária e estágios sucessionais
Resolução SMA/IBAMA	02	1994	Regulamenta artigo 4º do Decreto nº 750/93 – supressão de vegetação em estágio inicial – áreas urbanas - alteradas pela Resolução SMA/IBAMA nº 05/96
Resolução CONAMA	378	2006	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional
Lei Federal	11.428	2006	Mata Atlântica
Resolução CONAMA	388	2007	Convalida as Resoluções nº 10/93, nº 01, 02, 04, 05, 06, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 de 1994 e nº 7/96
Decreto Federal	6.660	2008	Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 11.428/06 – Mata Atlântica que dispões sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica
Resolução SMA	27	2010	Dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para a supressão de vegetação nativa, a que se referem os artigos 33 e 34 do Decreto Federal nº 6.660/08, para pequenos produtores rurais e populações tradicionais visando a agricultura sustentável nas áreas de regeneração inicial da Mata

			Atlântica e dá outras providências
Lei Federal	12.651	2012	Atual Código Florestal - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Decreto Federal	7.830	2012	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.
Fauna e Flora			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	5.197	1967	Código de Fauna
Resolução CONAMA	4	1985	Pousio de aves de arribação/migratórias
Portaria IBAMA	29	1994	Importação e exportação de animais da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica – normatização
Decreto Estadual	42.838	1998	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Instrução Normativa MMA	03	2003	Lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa a esta Instrução Normativa
Instrução Normativa MMA	05	2004	Reconhecer como espécies ameaçadas de extinção e espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, os invertebrados aquáticos e peixes, constantes dos anexos a esta Instrução Normativa
Resolução SMA	48	2004	Espécies ameaçadas da flora do Estado de São Paulo
Resolução SMA	25	2010	Estabelece critérios da gestão de fauna silvestre, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, e dá providências correlatas
Dos Recursos Hídricos			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Federal		1988	Artigo 21, inciso XIX, que trata do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Lei Estadual	7.663	1991	Cria o Programa Estadual de Recursos Hídricos (alterada pelas Leis Estaduais nº 9.034/94, nº 10.843/2001 e nº 12.183/2005)
Decreto Estadual	37.300	1993	Regulamenta o Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (FEHIDRO)
Lei Federal	9.433	1997	Cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Decreto Estadual	49.723	2005	Institui o Programa de Recuperação de Zonas Ciliares do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Resolução CONAMA	357	2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes
Estâncias			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Estadual		1989	Artigo 146, §1º e 2º
Decreto Estadual	31.257	1990	Dispõe sobre o Regulamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e dá outras providências
Lei Estadual	7.862	1992	Estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para a transferência e aplicação de seus recursos
Decreto Estadual	36856	1993	Dispõe sobre as atribuições e competências do Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias
Normas Específicas ao PEMCJ e PECJ			

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto Estadual	10.148	1939	Autoriza a aquisição de áreas de terra na Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão.
Decreto Estadual	11.251	1940	Destina-se à proteção do manancial do Salto ou Perdizes, de propriedade do Estado.
Decreto-Lei Estadual	11.908	1941	Cria o Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ (vide Lei Estadual nº 12.392/2006 que revoga os decretos-leis que especifica relativos ao período compreendido entre os anos de 1938 e 1947) ¹
Decreto Estadual	11.967	1941	Necessária as obras de captação e canalização de águas para o abastecimento público, de acordo com o plano de urbanismo execução naquela Prefeitura.
Decreto Estadual	12.227	1941	Declara de utilidade pública para o fim de ser desapropriado, o imóvel denominado "Fazenda da Guarda", localizado na comarca de São Bento do Sapucaí, município de Campos do Jordão, para o fim de constituir uma reserva florestal no Parque Estadual de Campos do Jordão (revogado pela Lei Estadual nº 12.392/2006).
Decreto-Lei Estadual	13.791	1943	Constituir uma reserva florestal e horto Florestal no município de Campos do Jordão.
Decreto Estadual	19.421	1950	Destinado ao Serviço de Reflorestamento da Secretaria da Agricultura.
Decreto Estadual	20.265	1951	Destinado a instalação de viveiros, do Serviço Florestal, da Secretaria da Agricultura.
Decreto Estadual	38.044	1961	Destinado a preservação da flora e proteção da fauna e reflorestamento.
Decreto Estadual	38.045	1961	Destinado a preservação da flora e proteção da fauna e reflorestamento.
Decreto Estadual	38.046	1961	Destinado a preservação da flora e proteção da fauna e reflorestamento.
Decreto Estadual	39.236	1961	Desapropriação de imóvel necessário à preservação de reservas florestais e proteção da fauna e reflorestamento.
Decreto Estadual	44.476	1965	Necessário a expansão dos trabalhos de pesquisa e reflorestamento afetos ao Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura.
Lei Estadual	1.844	1978	Transforma as estâncias hidrominerais em estâncias turísticas e dá providências correlatas
Lei Estadual	4.105	1984	Declara área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Campos do Jordão
Lei Municipal	1.484	1985	Dispõe sobre a declaração da Área de Proteção Ambiental de Campos do Jordão
Decreto Estadual	31.257	1990	Dispõe sobre o Regulamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e dá outras providências
Lei Estadual	7.862	1992	Estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para a transferência e aplicação de seus recursos
Decreto Estadual	37.539	1993	Cria o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão (PEMCJ)
Lei Municipal	2.737	2003	Dispõe sobre aprovação do plano diretor estratégico de Campos do Jordão.
Lei Estadual	12.392	2006	Revoga os decretos-leis que especifica relativos ao período compreendido entre os anos de 1938 e 1947
Mosaico e Serra da Mantiqueira			
Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.097	1995	Inclui o Município de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira
Lei Estadual	11.262	2002	Declaram Áreas de Proteção Ambiental o trecho da Serra da Mantiqueira e as áreas urbanas no Município de São José dos Campos
Portaria Federal	351	2006	Mosaico de Unidades de Conservação Serra da Mantiqueira

¹ O tema da revogação do Decreto-Lei Estadual nº 11.908/1941 (de criação do PECJ) pela Lei Estadual nº 12.392/2006 consta no texto do Programa de Regularização Fundiária que, inclusive, propõe medidas jurídicas nas Diretrizes e Linhas de Ações possíveis de sanar e/ou ajustar a questão da formalidade legal da criação da UC.

Decreto Estadual	56.613	2010	Cria o Monumento Natural Estadual da Pedra do Baú, localizado no Município de São Bento do Sapucaí, e dá providências correlatas.
------------------	--------	------	---

Anexo 2 - Listas de espécies da Flora

Lista de espécies amostradas na Avaliação Ecológica Rápida (AER) - PECJ

Família	Espécie	Autor	hábito	CS	EX	CA	P	A	CAC	CAN
Alstroemeriaceae	Alstroemeria cunha*	Vell.	H	NC		x	x	x		
Anacardiaceae	Schinus polygama*	(Cav.) Cabrera	ARB	P			x	x		x
Annonaceae	Annona rugulosa	(Schltdl.) H.Rainer	ARB	NP			x	x	x	
	Guatteria australis	A.St.-Hil.	ARB	P					x	
	Porcelia macrocarpa	(Warm.) R.E.Fr.	ARB	NP					x	
	Xylopia brasiliensis*	Spreng.	ARB	NP			x	x		
Apiaceae	Eryngium horridum*	Malme	H	NC		x				
	Hidrocotile sp.		H	NC			x	x		
Apocynaceae	Oxypetalum cf. Gabrum*	(Decne.) Malme	L	NC		x				
	Oxypetalum sp.		L	NC		x	x	x		
Aquifoliaceae	Ilex dumosa	Reissek	ARB	NP			x	x	x	x
	Ilex microdonta	Reissek	ARB	NP			x	x	x	x
	Ilex paraguariensis	A.St.-Hil.	ARB	NP			x	x		x
	Ilex pseudobuxus	Reissek	ARB	NP					x	x
	Ilex taubertiana	Loes.	ARB	NP				x	x	x
Araliaceae	Schefflera angustissima*	(Marchal) Frodin	ARB	P			x	x		
Araucariaceae	Araucaria angustifolia	(Bertol.) Kuntze	ARB	P			x	x		x
Asteraceae	Achyrocline satureioides*	(Lam.) DC.	H	NC		x	x	x		x
	Ageratum conyzoides*	L.	H	NC		x				
	Baccharis crispa		ARB	P		x				
	Baccharis erioclada	DC.	ARB	P		x				
	Baccharis oreophila	Malme	ARB	P					x	x
	Baccharis montana *	DC.	ARB	P			x	x		
	Baccharis sp.1		ARB	P		x				
	Baccharis sp.2		ARB	P		x				
	Baccharis sp.3		ARB	P		x				
	Baccharis sp.4		ARB	P		x	x	x		x
	Chromolaena decumbens	Gardner	H	NC						x
	Conyza bonariensis*	(L.) Cronquist	H	NC		x				x
	Conyza sp.		H	NC		x				
	Dasyphyllum flagellare	(Casar.) Cabrera	H	NC			x	x		x
	Dasyphyllum spinescens	(Less.) Cabrera	ARB	P					x	x
	Eupatorium sp.		H	NC		x				

Família	Espécie	Autor	hábito	CS	EX	CA	P	A	CAC	CAN
	<i>Galinsoga quadriradiata*</i>	Ruiz & Pav.	H	NC		x	x	x		
	<i>Gamochoaeta americana*</i>	(Mill.) Wedd.	H	NC		x				
	<i>Grazielia multifida</i>	(DC.) R.M. King & H. Rob.	H	NC		x				
	<i>Grazielia</i> sp.		H	NC		x	x	x		x
	<i>Hypochoeris brasiliensis*</i>	(Less.) Benth. & Hook. f. ex Griseb.	H	NC	x	x				
	<i>Inulopsis scaposa</i>	(J. Rémy) O.Hoffm.	H	NC		x				
	<i>Kaunia rufescens*</i>	(P.W. Lund ex DC.) R.M. King & H. Rob.	H	NC		x				
	<i>Koanophyllon thysanolepis*</i>	(B.L. Rob.) R.M. King & H. Rob.	ARB	P						
	<i>Leptostelma maximum*</i>	D.Don	H	NC		x				x
	<i>Lessingianthus brevipetiolatus</i>	(Sch.Bip. ex Baker) H.Rob.	ARB	P		x				
	<i>Mikania micrantha*</i>	Kunth	H	NC		x				
	<i>Mikania nummularia</i>	DC.	H	NC		x				
	<i>Piptocarpha axillaris</i>	(Less.) Baker	ARB	P				x	x	x
	<i>Piptocarpha organensis*</i>	(Less)	ARB	NP					x	x
	<i>Piptocarpha regnelli</i>	(Sch.Bip.) Cabrera	ARB	NP			x	x	x	x
	<i>Piptocarpha sellowii*</i>	(Sch. Bip.) Baker	ARB	NP					x	x
	<i>Senecio</i> sp.1		H	NC			x	x		
	<i>Senecio</i> sp.2		H	NC		x				
	<i>Stenocephalum megapotamicum *</i>	(Spreng.) Sch.Bip.	ARB	P						x
	<i>Stevia camporum</i>	Baker	H	NC		x				
	<i>Vernonanthura discolor</i>	(Spreng.) H.Rob.	ARB	P		x			x	x
	<i>Vernonanthura puberula</i>	(Less.) H. Rob.	ARB	P			x	x		
	<i>Vernonanthura divaricata*</i>	(Spreng.) H.Rob.	ARB	P						
	<i>Lessingianthus pycnostachyus</i>	(DC.) H.Rob. *	ARB	P		x	x	x		
	<i>Vernonanthura westiniana*</i>	Less.	H	NC		x				
Balanoforaceae	<i>Helosis cayennensis*</i>	(Sw.) Spreng.	H	NC				x		
Begoniaceae	<i>Begonia</i> sp.1		H	NC		x				
	<i>Begonia</i> sp.2		H	NC				x		
	<i>Begonia</i> sp.3		H	NC			x	x		
Berberidaceae	<i>Berberis laurina</i>	Billb.	ARB	NC						x
Bignoniaceae	<i>Anemopaegma</i> sp.		L	NC			x	x		
	<i>Handroanthus albus*</i>	(Cham.) Mattos	ARB	NP			x	x		

Familia	Espécie	Autor	hábito	CS	EX	CA	P	A	CAC	CAN
	Jacaranda puberula	Cham.	ARB	NP					x	x
Bromeliaceae	Tillandsia comata	Vell.	E	NC						
	Nidularium cf. Marigoi*	Leme	E	NC				x		
Cactaceae	Schlumbergera opuntioides*	(Loefgr. & Dusén) D.R.Hunt	E	NC				x		
Campanulaceae	Lobelia camporum*	Pohl	H	NC		x				
	Siphocampylus convolvulaceus*	(Cham.) G.Don	H	NC		x				
	Siphocampylus sulfureus*	E.Wimm.	H	NC		x	x	x		x
Cardiopteridaceae	Citronella megaphylla*	(Miers) R.A.Howard	ARB	NP					x	x
Celastraceae	Maytenus glaucescens	Reissek	ARB	NP						
	Maytenus salicifolia	Reissek	ARB	NP					x	x
Clethraceae	Clethra scabra	Pers.	ARB	P			x	x	x	x
Comelinaceae	Tripogandra diuretica*	(Mart.) Handlos	H	NC						x
Cunoniaceae	Lamanonia ternata*	Vell.	ARB	NP			x	x		
	Weinmannia paulliniifolia*	Pohl	ARB	NP			x	x		
Cuscutaceae	Cuscuta racemosa*	Mart.	H	NC		x				
Cyatheaceae	Cyathea atrovirens	(Langsd. & Fisch.) Domin	PTE	NC			x	x	x	x
Cyperaceae	Bulbostylis capillaris*	(L.) C.B. Clarke	H	NC		x				
	Rhynchospora corymbosa	(L.) Britton	H	NC		x	x	x		
	Rhynchospora subsetosa*	C.B.Clarke	H	NC		x				
Dicksoniaceae	Dicksonia sellowiana	Hook.	PTE	NC			x	x	x	x
Droseraceae	Drosera montana*	A. St.-Hil.	H	NC		x				
Ericaceae	Agarista sp.		H	NC		x				
	Gaultheria sp.		H	NC		x				
	Gaylussacia jordanensis	Sleumer	H	NC		x				
Ericaulaceae	Actinocephalus ramosus*	(Wikstr.) Sano	H	NC		x				
	Paepalanthus planifolius*	(Bong.) Körn.	H	NC		x	x	x		
	Paepalanthus sp.		H	NC		x				
	Syngonanthus chrysanthus*	(Bong.) Ruhland	H	NC		x				
Escalloniaceae	Escallonia bifida	Link & Otto	H	NC		x				x
Euphorbiaceae	Alchornea triplinervia	(Spreng.) Müll. Arg.	ARB	P			x	x		x
	Croton macrobothrys*	Baill.	ARB	P			x	x		
	Croton sp.		H	NC		x	x	x		
	Euphorbia potentilloides*	Boiss.	H	NC						
Fabaceae	Centrosema sp.		H	NC		x	x	x		
	Crotalaria sp.		ARB	NC						

Família	Espécie	Autor	hábito	CS	EX	CA	P	A	CAC	CAN
	Desmodium sp.1		H	NC		x	x	x		
	Desmodium sp.2		H	NC		x				x
	Macroptilium lathyroides*	(L.) Urb.	H	NC		x				x
	Mimosa scrabela*	Benth.	ARB	P			x	x	x	x
	Mimosa sp.		ARB	NC		x	x	x		x
	Senna sp.		H	NC			x	x		
Gentianaceae	Irlbachia sp.		H	NC		x	x	x		x
Gesneriaceae	Nematanthus sp.		H	NC			x	x		
	Sinningia allagophylla	(Mart.) Wiehler	H	NC		x				
Humiriaceae	Vantanea compacta*	(Schnizl.) Cuatrec.	ARB	NP				x		
Hypericaceae	Hypericum brasiliense	Choisy	H	NC		x				
Iridaceae	Iridaceae sp.		H	NC						
	Sisyrinchium fasciculatum*	Klatt	H	NC		x	x	x		
	Sisyrinchium sp.		H	NC		x	x	x		
	Sisyrinchium vaginatum	Spreng	H	NC		x	x	x		
Lamiaceae	Aegiphila integrifolia	(Jacq.) Moldenke	ARB	NC			x	x	x	x
	Eriope sp.		H	NC		x				
	Hyptis sp.		H	NC		x				
	Justicia sp.		H	NC		x	x	x		
	Ocimum sp.		H	NC		x				
	Prunella vulgaris	L.	H	NC		x				
	Salvia arenaria	A. St.-Hil.	H	NC						x
Lauraceae	Aiouea acarodomatifera*		ARB	NP			x	x		
	Cinnamomum sellowianum	(Nees & Mart.) Kosterm.	ARB	NP					x	x
	Endlicheria paniculata	(Spreng.) J.F.Macbr	ARB	NP					x	x
	Lauraceae sp.1		ARB	NP			x	x		
	Lauraceae sp.2		ARB	NP			x	x		
	Lauraceae sp.3		ARB	NP			x	x		
	Nectandra psammophila*	Nees & Mart.	ARB	NP			x	x		
	Ocotea bicolor	Vattimo-Gil	ARB	NP			x	x	x	x
	Ocotea dispersa	(Nees & Mart.) Mez	ARB	NP			x	x	x	x
	Ocotea glaziovii	Mez	ARB	NP			x	x	x	x
	Ocotea puberula	(Rich.) Nees	ARB	NP			x	x	x	x
	Ocotea sp.1		ARB	NP			x	x		
	Ocotea sp.2		ARB	NP			x	x		
	Ocotea sp.3		ARB	NP			x	x		

Família	Espécie	Autor	hábito	CS	EX	CA	P	A	CAC	CAN
	Ocotea sp.4		ARB	NP			x	x		
	Ocotea sp.5		ARB	NP			x	x		
Loranthaceae	Tripodanthus acutifolius*	(Ruiz & Pav.) Tiegh.	PARASITA	NC			x	x		
Lycopodiaceae	Huperzia quadrifariata*	(Bory) Rothm.	PTE	NC				x		
	Lycopodium clavatum*	L.	PTE	NC		x				
Lythraceae	Cuphea campestris	Koehne	H	NC		x	x	x		x
Malpigaceae	Byrsonima ligustrifolia*	A.Juss.	ARB	NP			x	x		
	Byrsonima sp.		ARB	NC			x	x		
Malvaceae	Pavonia schrankii*	Spreng.	H	NC			x	x		x
Melastomataceae	Acisanthera variabilis	(DC.) Triana	H	NC		x				
	Leandra barbinervis	(Cham. ex Triana) Cogn.	ARB	NP			x	x		x
	Leandra carassana	(DC.) Cogn.	ARB	NP			x	x		
	Leandrasp. sp. 1		ARB	NC		x				
	Leandrasp. sp. 2		H	NC		x	x	x		
	Leandrasp. sp. 3		ARB	NC		x				
	Leandrasp. sp. 4		ARB	NC		x				
	Leandrasp. sp. 5		ARB	NC						
	Miconia cinerascens	Miq.	ARB	P				x	x	x
	Miconia pusilliflora	(DC.) Naudin	ARB	NP			x	x		
	Miconia sp. 1		H	NC		x				
	Miconia sp. 2		ARB	NC						
	Miconia sp. 3		ARB	NP		x	x	x		
	Microlicia isophylla	DC.	H	NC		x	x	x		
	Tibouchina fothergillae	(DC.) Cogn.	ARB	P			x	x		
	Tibouchina hospita	Cogn.	H	NC		x				
	Tibouchina pulchra*	Cogn.	ARB	P			x	x		
	Tibouchina sp. 1		H	NC		x				x
	Tibouchina sp. 2		H	P						
	Tibouchina sp. 3		H	NC		x				
	Tibouchina sp. 4		H	NC		x				
	Tibouchina sp. 5		ARB	P			x	x		
Meliaceae	Cabralea canjerana	(Vell.) Mart.	ARB	NP			x	x	x	x
	Cedrela fissilis	Vell.	ARB	NP			x	x		
Mominiaceae	Mollinedia elegans*	Tul.	ARB	NP			x	x		x
	Mollinedia oligotricha*	Perkins	ARB	NP						x
	Mollinedia sp.		ARB	NP						

Família	Espécie	Autor	hábito	CS	EX	CA	P	A	CAC	CAN
Myrtaceae	Calyptanthes brasiliensis	Spreng.	ARB	NP			x	x		
	Calyptanthes concinna	DC.	ARB	NP			x	x		
	Calyptanthes lucida	Mart. ex DC.	ARB	NP					x	x
	Eugenia dodonaeifolia*	Cambess.	ARB	NP			x	x		
	Eugenia ligustrina	(Sw.) Willd.	ARB	NP					x	x
	Myrceugenia bracteosa	(DC.) D. Legrand & Kausel	ARB	NP			x	x		
	Myrceugenia brevipedicellata	(Burret) D. Legrand & Kausel	ARB	NP					x	x
	Myrceugenia gertii	Landrum	ARB	NP				x		
	Myrceugenia miersiana	(Gardner) D. Legrand & Kausel	ARB	NP			x	x	x	x
	Myrceugenia myrcioides	(Camb.) O. Berg	ARB	NP					x	x
	Myrceugenia ovata	(Hook. & Arn.) O. Berg	ARB	NP					x	x
	Myrcia erioalix*	DC.	ARB	NP			x	x		
	Myrcia guianensis	(Aubl.) DC.	ARB	NP			x	x		
	Myrcia hartwegiana	(O. Berg) Kiaerk.	ARB	NP			x	x	x	x
	Myrcia laruotteana	Cambess	ARB	NP			x	x	x	x
	Myrcia oligantha	O. Berg	ARB	NP			x	x	x	x
	Myrcia retorta	Cambess	ARB	NP						
	Myrcia sp.1	(sp. Nova, tronco branco)	ARB	NP			x	x		
	Myrcia sp.2		ARB	NP				x		
	Myrcia sp.3		ARB	NP			x	x		
	Myrcia splendens	(SW.) DC.	ARB	NP			x	x	x	x
	Myrcia tomentosa	(Aubl.) DC.	ARB	NP			x	x		
	Myrcia venulosa	DC.	ARB	NP					x	x
	Myrciaria floribunda	(H. West ex Willd.) O. Berg	ARB	NP			x	x	x	x
	Myrciaria tenella	(DC.) O. Berg	ARB	NP					x	x
	Myrtaceae sp.1		ARB	NP						
	Pimenta pseudocaryophyllus	(Gomes) Landrum	ARB	NP			x	x		
	Sinfoneugenia reitzii*	D. Legrand	ARB	NP		x			x	x
Onagraceae	Fuchsia regia	(Vell.) Munz	E	NC			x	x		x
	Ludwigia elegans*	(Cambess.) H. Hara	H	NC						x
Orchidiaceae	Anathallis rubens*	(Lindl.) Pridgeon & M.W. Chase	E	NC			x	x		
	Cattleia concciea*	Lindl.	E	NC				x	x	x
	Gomesa doniana*	(Bateman ex W.H. Baxter)	E	NC			x	x	x	x

Família	Espécie	Autor	hábito	CS	EX	CA	P	A	CAC	CAN
		M.W.Chase & N.H.Williams								
	Gomesa gomezoides*	(Barb. Rodr.) Pabst	E	NC			x	x		
	Habenaria sp. 1		H	NC			x	x		
	Habenaria sp. 2		H	NC			x	x		
	Habenaria sp. 3		H	NC		x				
	Octomeria crassifolia*	Lindl.	E	NC						x
	Oncidium loefgrenii*	Cogn. M.W.Chase & N.H.Williams	E	NC				x	x	x
	Oncidium longicornu*	Mutel M.W.Chase & N.H.Williams	E	NC						
	Stelis sp.		E	NC			x	x		
Orobanchaceae	Esterhazyia macrodonta	Cham. & Schltld.	H	NC		x	x	x		
Passifloraceae	Passiflora amethystina	J.C. Mikan	L	NC			x	x		
	Passiflora caerulea	L.	L	NC						x
	Passiflora mendoncaeii	Harms	L	NC			x	x		
Pentaphragaceae	Ternstroemia brasiliensis*	Cambess.	H	NC			x	x		
Phytolaccaceae	Phytolacca dioica*	L.	ARB	P			x	x		
Picramniaceae	Picramnia glazioviana	Engl.	ARB	NP					x	x
	Picramnia parvifolia	Engl.	ARB	NP						x
Pinaceae	Pinus elliottii	Engelm.	ARB	P	x	x				
Piperaceae	Peperomia corcovadensis*	Gardner	E	NC			x	x		
	Piper sp.		ARB	NC						
Plantaginaceae	Plantago tomentosa*	Lam.	H	NC		x				
Poaceae	Aristida sp.		H	NC		x				
	Axonopus sp.		H	NC		x				
	Panicum sp.		H	NC		x				
	Paspalum sp.1		H	NC		x				
	Paspalum sp.2		H	NC		x				
	Poaceae sp.1		H	NC		x				
	Poaceae sp.2		H	NC		x				
	Poaceae sp.3		H	NC		x				
	Poaceae sp.4		H	NC		x				
	Poaceae sp.5		H	NC		x				
	Poaceae sp.6		H	NC		x				
	Poaceae sp.7		H	NC		x				
Podocarpaceae	Podocarpus lambertii	Klotzsch ex Endl.	ARB	P			x	x	x	x

Família	Espécie	Autor	hábito	CS	EX	CA	P	A	CAC	CAN
Polygalaceae	<i>Polygala lancifolia</i> *	A.St.-Hil. & Moq.	H	NC		x	x	x		
	<i>Polygala paniculata</i> *	L.	H	NC		x	x	x		
	<i>Polygala</i> sp.		H	NC		x				
Primulaceae	<i>Lysimachia filiformis</i> *	Cham. & Schltld.	H	NC		x				
	<i>Myrsine coriacea</i> (Sw.)*	R.Br. ex Roem. & Schult.	ARB	P					x	x
	<i>Myrsine gardneriana</i>	A.DC.	ARB	NC		x		x	x	x
	<i>Myrsine lancifolia</i>	Mart.	ARB	P			x	x		
	<i>Myrsine lineata</i>	Mez	ARB	P			x	x		
	<i>Myrsine umbellata</i>	Mart.	ARB	P						
	<i>Myrsine villosissima</i>	Mart.	ARB	P				x	x	x
Proteaceae	<i>Euplassa itatiaiae</i> *	Sleumer	H	NC		x		x		
	<i>Roupala montana</i>	Aubl.	ARB	NP			x	x		x
Rhamnaceae	<i>Rhamnus sphaerosperma</i> *	Sw.	ARB	NP					x	x
Rosaceae	<i>Prunus myrtifolia</i>	(L.) Urb.	ARB	NP			x	x	x	x
	<i>Rubus rosifolius</i> *	Sm.	L	NC			x	x		
	<i>Rubus sellowii</i> *	Cham. & Schltld.	L	NC			x	x		
Rubiaceae	<i>Borreria verticillata</i>	(L.) G. Mey.	H	NC		x	x	x		
	<i>Coccocypselum condalia</i>	Pers.	H	NC		x	x	x		
	<i>Coccocypselum lymanmithii</i>	Standl.	H	NC		x				
	<i>Cordia myrciifolia</i> *	(K. Schum.) C.H. Perss. & Delprete	ARB	NP						x
	<i>Emmeorhiza umbellata</i>	(Spreng.) K. Schum.	H	NC		x	x	x		
	<i>Galianthe brasiliensis</i>	(Spreng.) E.L. Cabral & Bacigalupo	H	NC		x	x	x		x
	<i>Galium hypocarpium</i>	(L.) Endl. ex Griseb.	H	NC		x	x	x		x
	<i>Margaritopsis schuechiana</i> *	(Müll. Arg.) C.M. Taylor	ARB	NP			x	x		
	<i>Psychotria longipes</i>	Müll. Arg.	ARB	NP			x	x	x	x
	<i>Psychotria stachyoides</i>	Benth.	ARB	NP			x	x		
	<i>Rudgea jasminoides</i>	(Cham.) Müll.Arg.	ARB	NP					x	x
	<i>Rudgea parquoides</i>	Müll.Arg.	ARB	NP					x	x
Rutaceae	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i>	Lam.	ARB	NP					x	x
Sabiaceae	<i>Meliosma sellowii</i>	Urb.	ARB	NP			x	x		
Salicaceae	<i>Casearia decandra</i>	Jacq.	ARB	NP					x	x
	<i>Xylosma ciliatifolia</i> *	(Clos) Eichler	ARB	NP						
Santalaceae	<i>Antidaphne glaziovii</i>	(Tiegh.) Kuijt	H	NC					x	x
Sapindaceae	<i>Cupania oblongifolia</i>	Mart.	ARB	NP		x				

Família	Espécie	Autor	hábito	CS	EX	CA	P	A	CAC	CAN
Scrophulariaceae	Buddleja stachyoides*	Cham. & Schltl.	H	NC						
Solanaceae	Aureliana fasciculata*	(Vell.) Sendtn.	ARB	NP			x	x		
	Brunfelsia brasiliensis	(Spreng.) L.B.Sm. & Downs	ARB	NP			x	x		
	Calibrachoa linoides	Wijsman	ARB	NC						x
	Capsicum flexuosum	Sendtn.	ARB	NC						
	Cestrum sp.		ARB	NC				x		
	Solanaceae sp. 1		ARB	NC						x
	Solanaceae sp. 2		ARB	NC						
	Solanaceae sp. 3		H	NC						
	Solanaceae sp. 4		ARB	NC			x	x		
	Solanaceae sp. 5		ARB	NC			x	x		
	Solanaceae sp. 6		ARB	NC			x	x		
	Solanum americanum	Mill.	H	NC		x				
	Solanum argenteum	Dunal	ARB	NP					x	x
	Solanum bullatum*	Vell.	ARB	NP			x	x	x	x
	Solanum mauritianum	Scop.	ARB	P					x	x
	Solanum pseudoquina	A.St.-Hil.	ARB	P					x	x
	Solanum swartzianum	Roem. & Schult	ARB	P			x	x	x	x
Styracaceae	Styrax leprosus	Hook & Arn.	ARB	NP					x	x
Symplocaceae	Symplocos celastrinea	Mart. ex Miq.	ARB	NP			x	x		x
	Symplocos falcata	Brand	ARB	NP			x	x		x
	Symplocos sp.		ARB	NP					x	x
Verbenaceae	Verbena hirta	Spreng.	H	NC		x				
	Verbena sp.		H	NC		x				
Vochysiaceae	Callisthene fasciculata	Mart.	ARB	NP					x	x
Winteraceae	Drimys brasiliensis	Miers	ARB	NP			x	x	x	x
Xyridaceae	Xyris laxifolia*	Mart.	H	NC		x				

As espécies arbóreas foram classificadas quanto ao hábito (Hábito); ARB – arbustivo-arbóreo, H – herbáceo, E – epifítico, L – Lianescente e PTE - Pteridófito; e quanto à sua categoria sucessional (CS.); P – pioneiras, NP – Não Pioneira e, NC – não classificadas, segundo SMA 2008/08, Lima (2010) e Gandolfi et al. (1995); Ex – Exótica; CA – Campo de Altitude; P – Prana; A – Estrada dos Alpes, CAC – Trilha da Cachoeira; CAN – Trilha do Canhambora.

As espécies marcadas com * indicam que foram amostradas pela primeira vez na região.

Lista de espécies amostradas na Avaliação Ecológica Rápida (AER) - PEMCJ

Familia	Espécie	Hábito	CS	EX	CA	FL	P
Alstroemeriaceae	Alstroemeria cunha* Vell.	H	NC		x		x
Anacardiaceae	Schinus polygama*(Cav.) Cabrera	ARB	P				x
Annonaceae	Annona rugulosa (Schlttdl.) H.Rainer	ARB	NP				x
Annonaceae	Xylopia brasiliensis Spreng.	ARB	NP				x
Apiaceae	Eryngium horridum* Malme	H	NC		x		
Apiaceae	Hidrocotile sp.	H	NC				x
Apocynaceae	Oxypetalum cf. glabrum (Decne.) Malme	E	NC			x	
Apocynaceae	Oxypetalum sp. I	E	NC		x	x	x
Aquifoliaceae	Ilex dumosa Reissek	ARB	NP				x
Aquifoliaceae	Ilex microdonta Reissek	ARB	NP			x	x
Aquifoliaceae	Ilex paraguariensis A.St.-Hil.	ARB	NP			x	x
Araliaceae	Schefflera angustissima* (Marchal) Frodin	ARB	NC			x	x
Araucariaceae	Araucaria angustifolia (Bertol.) Kuntze	ARB	P			x	x
Asteraceae	Achyrocline satuireioides* (Lam.) DC.	H	NC		x		x
Asteraceae	Ageratum conyzoides L.	H	NC		x		
Asteraceae	Baccharis crispa Spreng.	ARB	P		x		
Asteraceae	Baccharis erioclada*DC.	ARB	P		x		
Asteraceae	Baccharis montana* DC.	ARB	P				x
Asteraceae	Baccharis sp.1	ARB	P		x		
Asteraceae	Baccharis sp.2	ARB	P		x		
Asteraceae	Baccharis sp.3	ARB	P		x		
Asteraceae	Baccharis sp.4	ARB	P		x		x
Asteraceae	Conyza bonariensis*(L.) Cronquist	H	NC		x		
Asteraceae	Conyza sp.	H	NC		x		
Asteraceae	Dasyphyllum flagellare (Casar.) Cabrera	H	NC				x
Asteraceae	Eupatorium sp.	H	NC		x		
Asteraceae	Galinsoga quadriradiata Ruiz & Pav.	H	NC		x		x
Asteraceae	Gamochaeta americana (Mill.) Wedd.	H	NC		x		
Asteraceae	Grazielia multifida (DC.) R.M. King & H. Rob.	H	NC		x		
Asteraceae	Grazielia sp.	H	NC		x		x
Asteraceae	Hypochoeris brasiliensis (Less.) Benth. & Hook. f. ex Griseb.	H	NC		x		
Asteraceae	Inulopsis scaposa (J. Rémy) O.Hoffm.	H	NC		x		
Asteraceae	Kaunia rufescens* (P.W. Lund ex DC.) R.M. King & H. Rob.	H	NC		x		
Asteraceae	Leptostelma maximum* D.Don	H	NC		x		
Asteraceae	Lessingianthus brevipetiolatus (Sch.Bip. ex Baker) H.Rob.	ARB	P		x		

Asteraceae	Mikania micrantha Kunth	H	NC		x		
Asteraceae	Mikania nummularia DC.	H	NC		x		
Asteraceae	Piptocarpha regnelli (Sch.Bip.) Cabrera	ARB	P				x
Asteraceae	Piptocarpha sellowii* (Sch. Bip.) Baker	ARB	P			x	
Asteraceae	Senecio sp.1	H	NC				x
Asteraceae	Senecio sp.2	H	NC		x		
Asteraceae	Stenocephalum megapotamicum* (Spreng.) Sch.Bip.	ARB	P		x		
Asteraceae	Vernonanthura discolor (Spreng.) H.Rob.	ARB	P		x		
Asteraceae	Vernonanthura puberula (Less.) H. Rob.	ARB	P				x
Asteraceae	Vernonanthura divaricata* (Spreng.) H.Rob.	ARB	P			x	
Asteraceae	Lessingianthus pycnostachyus* (DC.) H.Rob.	ARB	P		x		x
Asteraceae	Vernonanthura westiniana Less.	H	NC		x		
Begoniaceae	Begonia sp.1	H	NC		x		x
Begoniaceae	Begonia sp.2	H	NC				x
Bignoniaceae	Anemopaegma sp.	L	NC				x
Bignoniaceae	Handroanthus albus* (Cham.) Mattos	ARB	P			x	x
Bignoniaceae	Jacaranda puberula Cham.	ARB	P			x	
Campanulaceae	Lobelia camporum Pohl	H	NC		x		
Campanulaceae	Siphocampylus convolvulaceus (Cham.) G.Don	H	NC		x		
Campanulaceae	Siphocampylus sulfureus* E.Wimm.	H	NC		x	x	x
Cardiopteridaceae	Citronella megaphylla* (Miers) R.A.Howard	ARB	NP			x	
Celastraceae	Maytenus glaucescens Reissek	ARB	NP			x	
Clethraceae	Clethra scabra Pers.	ARB	P			x	x
Cunnoniaceae	Lamanonia ternata* Vell.	ARB	NP			x	x
Cunnoniaceae	Weinmannia paulliniifolia Pohl	ARB	NP			x	x
Cupressaceae	Cupressus lusitanica Miller	ARB	P	EXN		x	
Cuscutaceae	Cuscuta racemosa* Mart.	H	NC		x		
Cyatheaceae	Cyathea atrovirens (Langsd. & Fisch.) Domin	PTE	NC			x	x
Cyperaceae	Bulbostylis capillaris* (L.) C.B. Clarke	H	NC		x		
Cyperaceae	Rhynchospora corymbosa (L.) Britton	H	NC		x		x
Cyperaceae	Rhynchospora subsetosa C.B.Clarke	H	NC		x		
Dicksoniaceae	Dicksonia sellowiana Hook.	PTE	NC			x	x
Droseraceae	Drosera montana* A. St.-Hil.	H	NC		x		
Ericaceae	Agarista sp.	H	NC		x		
Ericaceae	Gaultheria sp.	H	NC		x		
Ericaceae	Gaylussacia jordanensis Sleumer	H	NC		x		
Ericaulaceae	Actinocephalus ramosus* (Wikstr.) Sano	H	NC		x		
Ericaulaceae	Paepalanthus planifolius* (Bong.) Körn.	H	NC		x		x

Ericaulaceae	Paepalanthus sp.	H	NC		x		
Ericaulaceae	Syngonanthus chrysanthus* (Bong.) Ruhland	H	NC		x		
Escalloniaceae	Escallonia bifida Link & Otto	H	NC		x		
Euphorbiaceae	Alchornea triplinervia (Spreng.) Müll. Arg.	H	NC			x	x
Euphorbiaceae	Croton macrobothrys Baill.	ARB	P			x	x
Euphorbiaceae	Croton sp.	H	NC		x	x	x
Fabaceae	Centrosema sp.	H	NC		x		x
Fabaceae	Desmodium sp.1	H	NC		x		x
Fabaceae	Desmodium sp.2	H	NC		x		
Fabaceae	Macroptilium lathyroides (L.) Urb.	H	NC		x		
Fabaceae	Mimosa scabrela Benth.	ARB	P			x	x
Fabaceae	Mimosa sp.	ARB	NC		x	x	x
Fabaceae	Senna sp.	H	NC				x
Gentianaceae	Irlbachia sp.	H	NC		x		x
Gesneriaceae	Nematanthus sp.	H	NC			x	x
Gesneriaceae	Sinningia allagophylla (Mart.) Wiehler	H	NC		x		
Hypericaceae	Hypericum brasiliense Choisy	H	NC		x		
Iridaceae	Iridaceae sp.	H	NC			x	
Iridaceae	Sisyrinchium fasciculatum* Klatt	H	NC		x		x
Iridaceae	Sisyrinchium sp.	H	NC		x		x
Iridaceae	Sisyrinchium vaginatum Spreng	H	NC		x		x
Lamiaceae	Aegiphila integrifolia (Jacq.) Moldenke	H	NC			x	x
Lamiaceae	Eriope sp.	H	NC		x		
Lamiaceae	Hyptis sp.	H	NC		x		
Lamiaceae	Justicia sp.	H	NC		x		x
Lamiaceae	Ocimum sp.	H	NC		x		
Lamiaceae	Prunella vulgaris L.	H	NC		x		
Lauraceae	Aiouea acarodomatifera* Kosterm.	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Lauraceae sp.1	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Lauraceae sp.2	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Lauraceae sp.3	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Nectandra psammophila* Nees & Mart.	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Ocotea bicolor Vattimo-Gil	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Ocotea dispersa (Nees & Mart.) Mez	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Ocotea glaziovii Mez	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Ocotea puberula (Rich.) Nees	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Ocotea sp.1	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Ocotea sp.2	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Ocotea sp.3	ARB	NP			x	x

Lauraceae	Ocotea sp.4	ARB	NP			x	x
Lauraceae	Ocotea sp.5	ARB	NP			x	x
Loranthaceae	Tripodanthus acutifolius (Ruiz & Pav.) Tiegh.	PARASITA	NC				x
Lycopodiaceae	Lycopodium clavatum* L.	PTE	NC		x		
Lythraceae	Cuphea campestris Koehne	H	NC		x	x	x
Malpighiaceae		ARB	NP				x
Malpighiaceae	Byrsonima sp.	ARB	NC				x
Malvaceae	Pavonia schrankii* Spreng.	H	NC			x	x
Melastomataceae	Acisanthera variabilis (DC.) Triana	H	NC		x		
Melastomataceae	Leandra barbinervis (Cham. ex Triana) Cogn.	ARB	NP			x	x
Melastomataceae	Leandra carassana (DC.) Cogn.	ARB	NP				x
Melastomataceae	Leandrasp. 1	H	NC		x		
Melastomataceae	Leandrasp. 2	H	NC		x		x
Melastomataceae	Leandrasp. 3	H	NC		x		
Melastomataceae	Leandrasp. 4	H	NC		x		
Melastomataceae	Leandrasp. 5	H	NC			x	
Melastomataceae	Miconia pusilliflora (DC.) Naudin	ARB	NP			x	x
Melastomataceae	Miconia sp. 1	H	NC		x		
Melastomataceae	Miconia sp. 2	ARB	NC			x	
Melastomataceae	Miconia sp. 3	ARB	NC		x		x
Melastomataceae	Microlicia urophylla DC.	H	NC		x		x
Melastomataceae	Tibouchina fothergillae (DC.) Cogn.	ARB	P				x
Melastomataceae	Tibouchina hospita Cogn.	H	NC		x		
Melastomataceae	Tibouchina pulchra Cogn.	ARB	P				x
Melastomataceae	Tibouchina sp. 1	H	NC		x		
Melastomataceae	Tibouchina sp. 2	ARB	P			x	
Melastomataceae	Tibouchina sp. 3	H	NC		x		
Melastomataceae	Tibouchina sp. 4	H	NC		x		
Melastomataceae	Tibouchina sp. 5	ARB	NP				x
Meliaceae	Cabralea canjerana (Vell.) Mart.	ARB	NP			x	x
Meliaceae	Cedrela fisilis Vell.	ARB	NP				x
Mominiaceae	Mollinedia elegans Tul.	ARB	NP				x
Mominiaceae	Mollinedia sp.	ARB	NP			x	
Myrtaceae	Calyptanthes brasiliensis Spreng.	ARB	NP				x
Myrtaceae	Calyptanthes concinna DC.	ARB	NP			x	x
Myrtaceae	Eugenia dodonaeifolia Cambess.	ARB	NP				x
Myrtaceae	Myrceugenia bracteosa (DC.) D. Legrand & Kausel	ARB	NP			x	x
Myrtaceae	Myrceugenia brevipedicellata (Burret) D. Legrand & Kausel	ARB	NP			x	

Anexo 2

Myrtaceae	Myrceugenia miersiana (Gardner)D.Legrand & Kausel	ARB	NP			x	x
Myrtaceae	Myrcia eriocalix* DC.	ARB	NP				x
Myrtaceae	Myrcia guianensis (Aubl.) DC.	ARB	NP				x
Myrtaceae	Myrcia hartwegiana (O.Berg) Kiaerk.	ARB	NP			x	x
Myrtaceae	Myrcia laruotteana Cambess	ARB	NP			x	x
Myrtaceae	Myrcia oligantha O.Berg	ARB	NP			x	x
Myrtaceae	Myrcia retorta Cambess	ARB	NP			x	
Myrtaceae	Myrcia sp.1 (sp. Nova, tronco branco)	ARB	NP				x
Myrtaceae	Myrcia sp.3	ARB	NP			x	x
Myrtaceae	Myrcia splendens (SW.)DC.	ARB	NP			x	x
Myrtaceae	Myrcia tomentosa (Aubl.) DC.	ARB	NP				x
Myrtaceae	Myrciaria floribunda (H. West ex Willd.) O. Berg	ARB	NP				x
Myrtaceae	Myrtaceae sp.1	ARB	NP			x	
Myrtaceae	Pimenta pseudocaryophyllus (Gomes) Landrum	ARB	NP			x	x
Myrtaceae	Sinphoneugena reitzii D.Legrand	ARB	NP		x		
Onagraceae	Fuchsia regia (Vell.) Munz	E	NC			x	x
Onagraceae	Ludwigia elegans (Cambess.) H. Hara	ARB	P			x	
Orchidiaceae	Anathallis rubens* (Lindl.) Pridgeon & M.W. Chase	E	NC				x
Orchidiaceae	Hadrolaelia conciea Lindl.	E	NC			x	
Orchidiaceae	Coppensia doniana* (Batem. ex W.Baxter) Campacci	E	NC			x	x
Orchidiaceae	Coppensia loefgrenii Cogn. M.W.Chase & N.H.Williams	E	NC			x	
Orchidiaceae	Gomesa gomezoides* (Barb. Rodr.) Pabst	E	NC				x
Orchidiaceae	Habenaria sp. 1	H	NC				x
Orchidiaceae	Habenaria sp. 2	H	NC				x
Orchidiaceae	Habenaria sp. 3	H	NC		x		
Orchidiaceae	Coppensia longicornia (Mutel) F.Barros & V.T.Rodrigues	E	NC			x	
Orchidiaceae	Stelis sp.	E	NC				x
Orobanchaceae	Esterhazyia macrodonta Cham. & Schldtl.	H	NC		x		x
Passifloraceae	Passiflora amethystina J.C. Mikan	L	NC			x	x
Passifloraceae	Passiflora mendoncaeii Harms	L	NC			x	x
Pentaphragaceae	Ternstroemia brasiliensis Cambess.	H	NC				x
Phytolaccaceae	Phytolacca dioica* L.	ARB	P			x	x
Pinaceae	Pinus elliottii	ARB	P	EXI	x	x	
Piperaceae	Peperomia corcovadensis* Gardner	E	NC				x
Plantaginaceae	Plantago tomentosa* Lam.	H	NC		x		
Poaceae	Aristida sp.	H	NC		x		
Poaceae	Axonopus sp.	H	NC		x		
Poaceae	Panicum sp.	H	NC		x		

Anexo 2

Poaceae	Paspalum sp.1	H	NC		x		
Poaceae	Paspalum sp.2	H	NC		x		
Poaceae	Poaceae sp.1	H	NC		x		
Poaceae	Poaceae sp.2	H	NC		x		
Poaceae	Poaceae sp.3	H	NC		x		
Poaceae	Poaceae sp.4	H	NC		x		
Poaceae	Poaceae sp.5	H	NC		x		
Poaceae	Poaceae sp.6	H	NC		x		
Poaceae	Poaceae sp.7	H	NC		x		
Podocarpaceae	Podocarpus lambertii Klotzsch ex Endl.	ARB	P			x	x
Polygalaceae	Polygala lancifolia* A.St.-Hil. & Moq.	L	NC		x	x	x
Polygalaceae	Polygala paniculata* L.	H	NC		x		x
Polygalaceae	Polygala sp.	H	NC		x		
Primulaceae	Lysimachia filiformis Cham. & Schtdl.	H	NC		x		
Primulaceae	Myrsine coriacea(Sw.) R.Br. ex Roem. & Schult.	ARB	P			x	
Primulaceae	Myrsine gardneriana A.DC.	H	P		x		
Primulaceae	Myrsine lancifolia Mart.	ARB	P				x
Primulaceae	Myrsine lineata Mez	ARB	P			x	x
Primulaceae	Myrsine umbellata Mart.	ARB	P			x	x
Proteaceae	Euplassa itatiaiae* Sleumer	ARB	NP		x		
Proteaceae	Roupala montana Aubl.	ARB	NP			x	x
Rhamnaceae	Rhamnus sphaerosperma* Sw.	ARB	NP			x	
Rosaceae	Rubus rosifolius* Sm.	L	NC				x
Rosaceae	Rubus sellowii* Cham. & Schtdl.		NC				x
Rosaceae	Prunus myrtifolia (L.) Urb.	ARB	NC				x
Rubiaceae	Borreria verticillata (L.) G. Mey.	H	NC		x		x
Rubiaceae	Coccocypselum condalia Pers.	H	NP		x		x
Rubiaceae	Coccocypselum lymansmithii Standl.	H	NC		x		
Rubiaceae	Cordia myrciifolia* (K. Schum.) C.H. Perss. & Delprete	ARB	NC			x	
Rubiaceae	Emmeorhiza umbellata (Spreng.) K. Schum.	H	NC		x		x
Rubiaceae	Galianthe brasiliensis (Spreng.) E.L. Cabral & Bacigalupo	H	NP		x	x	x
Rubiaceae	Galium hypocarpium (L.) Endl. ex Griseb.	H	NP		x	x	x
Rubiaceae	Margaritopsis schuechiana* (Müll. Arg.) C.M. Taylor	ARB	NP			x	x
Rubiaceae	Psychotria longipes Müll. Arg.	ARB	NP			x	x
Rubiaceae	Psychotria stachyoides Benth.	ARB	NP				x
Sabiaceae	Meliosma sellowii Urb.	ARB	NP			x	x
Salicaceae	Casearia decandra Jacq.	ARB	NC			x	
Salicaceae	Xylosma ciliatifolia* (Clos) Eichler	ARB	NC			x	

Santalaceae	Antidaphne glaziovii (Tiegh.) Kuijt	H	NP		x		
Scrophulariaceae	Buddleja stachyoides* Cham. & Schtdl.	ARB	NP			x	
Solanaceae	Aureliana fasciculata* (Vell.) Sendtn.	ARB	NP				x
Solanaceae	Brunfelsia brasiliensis (Spreng.) L.B.Sm. & Downs	ARB	P				x
Solanaceae	Solanaceae sp. 2	ARB	NC			x	
Solanaceae	Solanaceae sp. 3	ARB	NC			x	
Solanaceae	Solanaceae sp. 4	H	NC				x
Solanaceae	Solanaceae sp. 5	H	NC				x
Solanaceae	Solanaceae sp. 6	H	NP				x
Solanaceae	Solanum americanum Mill.	H	NP		x		
Solanaceae	Solanum argenteum Dunal	ARB	NP			x	
Solanaceae	Solanum bullatum Vell.	ARB	NP			x	x
Solanaceae	Solanum swartzianum Roem. & Schult	ARB	NP			x	x
Symplocaceae	Symplocos celastrinea Mart. ex Miq.	ARB	NC			x	x
Symplocaceae	Symplocos falcata Brand	ARB	NP			x	x
Verbenaceae	Verbena hirta Spreng.	H	NP		x		
Verbenaceae	Verbena sp.	H	NC		x		
Winteraceae	Drimys brasiliensis Miers	ARB	NP			x	x
Xyridaceae	Xyris laxifolia* Mart.	H	NC		x		

As espécies arbóreas foram classificadas quanto ao hábito (Hábito); ARB – arbustivo-arbóreo, H – herbáceo, E – epifítico, L – Lianescente e PTE - Pteridófito; e quanto à sua categoria sucessional (CS.); P – pioneiras, NP – Não Pioneira e, NC – não classificadas, segundo SMA 2008/08, Lima (2010) e Gandolfi et al. (1995); Quanto à ocorrência: espécie Exótica (EX), Exótica Não Invasora (EXN), Exótica Invasora (EXI) e quanto à localidade: CA – Campo de Altitude; FL – Floresta; P – Prana.

As espécies marcadas com * foram amostradas pela primeira vez na região

Anexo 3 - Dados Fitossociológicos

Parâmetros fitossociológicos das espécies arbustivo-arbóreas amostradas em trecho de Floresta Ombrófila Mista no Parque Estadual de Campos do Jordão, na trilha do canhambora

Espécie	DoR	FR	DR	IVI	H
<i>Araucaria angustifolia</i>	68,33	20,55	15,55	104,43	0,32
<i>Podocarpus lambertii</i>	23,59	13,70	14,88	52,16	0,30
<i>Rapanea gardneriana</i>	1,46	16,44	9,93	27,82	0,32
<i>Myrcia hartwegiana</i>	0,72	12,33	11,88	24,93	0,25
<i>Prunus myrtifolia</i>	1,21	4,11	11,58	16,90	0,11
<i>Dicksonia sellowiana</i>	1,84	4,11	6,16	12,11	0,11
<i>Piptocarpha organensis</i>	0,50	4,11	5,81	10,42	0,11
<i>Symplocos falcata</i>	0,56	5,48	2,97	9,01	0,15
<i>Picramnia parvifolia</i>	0,17	4,11	4,22	8,49	0,11
<i>Myrsine ferruginea</i>	0,03	1,37	4,38	5,78	0,05
<i>Myrciaria floribunda</i>	0,11	1,37	4,19	5,67	0,11
<i>Rhamnus sphaerosperma</i>	0,17	2,74	2,63	5,55	0,08
<i>Jacaranda puberula</i>	0,31	2,74	1,34	4,39	0,08
<i>Myrceugenia miersiana</i>	0,44	1,37	1,89	3,70	0,11
<i>Ocotea glaziovii</i>	0,06	1,37	1,03	2,46	0,05
<i>Symplocos celastrinea</i>	0,07	1,37	0,79	2,23	0,05
<i>Baccharis oreophila</i>	0,36	1,37	0,39	2,12	0,05
<i>Ocotea sp.3</i>	0,07	1,37	0,37	1,81	0,05
Total geral	100,00	100,00	100,00	300,00	2,36

DR: Densidade relativa (%); FR: Frequência relativa (%); DoR: Dominância relativa (%); VI: valor de importância, H: Índice de diversidade de Shannon (nats/lind-1)

Parâmetros fitossociológicos das espécies arbustivo-arbóreas amostradas em trecho de Floresta Ombrófila Mista no Parque Estadual de Campos do Jordão, na trilha da Cachoeira.

Espécie	DoR	FR	DR	IVI	H
<i>Podocarpus lambertii</i>	49,74	18,29	17,14	85,17	0,32
<i>Araucaria angustifolia</i>	33,12	14,63	7,92	55,67	0,28
<i>Myrsine umbelata</i>	0,73	9,76	10,63	21,12	0,20
<i>Myrcia larotteana</i>	1,20	3,66	11,20	16,06	0,13
<i>Myrceugenia miersiana</i>	0,85	6,10	8,88	15,83	0,17
<i>Rhamnus sphaerosperma</i>	7,78	2,44	2,81	13,03	0,08
<i>Prunus myrtifolia</i>	0,69	7,32	4,50	12,51	0,17
<i>Myrcia hartwegiana</i>	0,01	6,10	3,41	9,51	0,19
<i>Picramnia parvifolia</i>	1,15	3,66	4,69	9,50	0,15
<i>Cinnamomum sellowianum</i>	1,14	2,44	5,04	8,61	0,13
<i>Clethra scabra</i>	0,39	3,66	3,65	7,70	0,13
<i>Symplocos falcata</i>	0,61	3,66	2,44	6,70	0,13
<i>Myrceugenia miersiana</i>	1,03	2,44	2,20	5,67	0,08
<i>Myrsine ferruginea</i>	0,05	1,22	4,21	5,48	0,05
<i>Picramnia parvifolia</i>	0,24	2,44	1,98	4,66	0,08
<i>Ilex microdonta</i>	0,02	2,44	1,06	3,52	0,08
<i>Jacaranda puberula</i>	0,52	1,22	1,73	3,47	0,05
<i>Dicksonia sellowiana</i>	0,04	1,22	1,01	2,27	0,05
<i>Ocotea glaziovii</i>	0,53	1,22	0,48	2,23	0,05
Total geral	100,00	100,00	100,00	300,00	2,65

DR: Densidade relativa (%); FR: Frequência relativa (%); DoR: Dominância relativa (%); VI: valor de importância, H: Índice de diversidade de Shannon (nats/ind^{-1}).

Parâmetros fitossociológicos das espécies arbustivo-arbóreas amostradas em trecho de Floresta Ombrófila Densa Altomontana no Parque Estadual de Campos do Jordão, na estrada dos Alpes

Espécie	DoR	FR	DR	IVI	H
<i>Drimys brasiliensis</i>	67,92	6,82	13,36	88,09	0,24
<i>Calypttranthes concinna</i>	9,70	7,95	6,33	23,99	0,20
<i>Miconia cinerascens</i>	1,73	1,14	17,86	20,73	0,24
<i>Ilex dumosa</i> Reissek	0,51	10,23	6,16	16,89	0,13
<i>Calypttranthes brasiliensis</i>	1,94	7,95	6,79	16,69	0,20
<i>Piptocarpha axillaris</i>	0,46	11,36	0,15	11,98	0,05
<i>Myrceugenia miersiana</i>	1,71	1,14	6,72	9,56	0,22
<i>Croton macrobothrys</i>	1,63	1,14	6,54	9,30	0,19
<i>Solanum bullatum</i>	0,97	4,55	2,12	7,64	0,11
<i>Cabralea canjerana</i>	1,30	3,41	2,89	7,60	0,11
<i>Ilex paraguariensis</i>	3,52	2,27	0,80	6,60	0,08
<i>Piptocarpha regnelli</i>	1,27	1,14	4,10	6,51	0,13
<i>Handroanthus albus</i>	0,34	5,68	0,43	6,44	0,05
<i>Vantanea compacta</i>	0,43	2,27	3,46	6,16	0,05
<i>Schefflera angustissima</i>	2,73	2,27	1,16	6,16	0,11
<i>Euplassa itatiaiae</i>	1,76	1,14	3,08	5,97	0,08
<i>Psychotria longipes</i>	0,39	3,41	1,70	5,50	0,11
<i>Prunus myrtilifolia</i>	0,29	2,27	2,81	5,38	0,13
<i>Myrceugenia gertii</i>	0,07	4,55	0,72	5,34	0,05
Lauraceae sp.2	0,05	3,41	1,17	4,62	0,05
<i>Clethra scabra</i>	0,04	3,41	1,10	4,55	0,05
<i>Myrcia oligantha</i>	0,03	2,27	1,95	4,25	0,05
<i>Symplocos celastrinea</i>	0,17	2,27	0,67	3,11	0,08
<i>Myrcia</i> sp.2	0,32	1,14	1,54	2,99	0,05
<i>Symplocos falcata</i> Brand	0,13	1,14	1,53	2,80	0,08
<i>Myrciaria floribunda</i>	0,18	1,14	1,43	2,75	0,05
<i>Ilex taubertiana</i>	0,11	1,14	1,24	2,49	0,08
<i>Ocotea</i> sp. 5	0,11	1,14	1,20	2,44	0,05
<i>Alchornea triplinervia</i>	0,06	1,14	0,75	1,95	0,05
<i>Aureliana fasciculata</i>	0,13	1,14	0,25	1,51	0,05
Total geral	100,00	100,00	100,00	300,00	3,04

DR:Densidade relativa (%); FR: Frequência relativa (%); DoR: Dominância relativa (%); VI: valor de importância, H: Índice de diversidade de Shannon ($nats/ind^{-1}$).

Parâmetros fitossociológicos das espécies arbustivo-arbóreas amostradas em trecho de Floresta Ombrófila Densa Altomontana na Fazenda Prana

Espécie	DoR	FR	DR	IVI	H
<i>Ilex paraguariensis</i>	0,38	1,15	96,63	98,16	0,05
<i>Cabralea canjerana</i>	21,79	2,30	0,02	24,11	0,08
<i>Drimys brasiliensis</i>	10,75	10,34	0,15	21,25	0,24
<i>Alchornea triplinervia</i>	14,48	3,45	0,04	17,97	0,13
<i>Miconia pusilliflora</i>	2,63	13,79	0,49	16,92	0,29
<i>Meliosma sellowii</i>	10,46	5,75	0,12	16,33	0,15
<i>Byrsonima ligustrifolia</i>	5,57	6,90	0,17	12,65	0,17
<i>Calyptanthes concinna</i>	4,41	6,90	0,27	11,58	0,17
<i>Croton macrobothrys</i>	3,66	4,60	0,47	8,73	0,13
<i>Calyptanthes brasiliensis</i>	5,89	2,30	0,06	8,25	0,08
<i>Myrcia retorta</i> Cambess	1,74	5,75	0,18	7,67	0,20
<i>Schefflera angustissima</i>	4,63	1,15	0,01	5,79	0,05
<i>Myrcia</i> sp. I (SP nova)	1,04	4,60	0,10	5,73	0,15
<i>Myrcia ericalix</i>	0,90	4,60	0,07	5,57	0,15
<i>Myrcia splendens</i>	0,77	4,60	0,19	5,56	0,13
<i>Solanum pseudoquina</i>	1,80	2,30	0,03	4,14	0,08
<i>Myrciaria floribunda</i>	1,72	2,30	0,04	4,06	0,08
<i>Myrcia tomentosa</i>	0,77	2,30	0,03	3,10	0,08
<i>Dicksonia sellowiana</i>	1,61	1,15	0,18	2,94	0,05
<i>Myrsine lancifolia</i>	0,47	2,30	0,10	2,87	0,08
<i>Vernonanthura puberula</i>	1,02	1,15	0,24	2,41	0,05
<i>Myrcia laruotteana</i>	0,75	1,15	0,04	1,94	0,05
<i>Nectandra psammophila</i>	0,71	1,15	0,06	1,92	0,05
<i>Ilex dumosa</i>	0,65	1,15	0,07	1,87	0,08
<i>Psychotria longipes</i>	0,54	1,15	0,06	1,75	0,05
<i>Mollinedia elegans</i>	0,36	1,15	0,02	1,53	0,05
<i>Annona rugulosa</i>	0,14	1,15	0,04	1,33	0,05
<i>Symplocos celastrinea</i>	0,09	1,15	0,07	1,32	0,05
<i>Aureliana fasciculata</i>	0,14	1,15	0,01	1,30	0,05
<i>Symplocos falcata</i>	0,11	1,15	0,01	1,27	0,05
Total geral	100,00	100,00	100,00	300,00	3,01

DR:Densidade relativa (%); FR: Frequência relativa (%); DoR: Dominância relativa (%); VI: valor de importância, H: Índice de diversidade de Shannon (nats/ind-1).

Anexo 4 - Lista de espécies de Avifauna

Espécies registradas durante o inventário realizado no PECJ, Fazenda Prana e dados secundários

Nome do Táxon	Nome em Português	Sensibilidade (Stotz)	Ameaças				PECJ	Fazenda Prana	Dados Secundários
			BR	IUCN	SP	CITES			
TINAMIFORMES									
Tinamidae									
<i>Crypturellus obsoletus</i>	inhambuquaçu	B					1,2,3,4	x	x
<i>Crypturellus tataupa</i>	inhambu-chintã	B					I		
<i>Rhynchotus rufescens</i>	perdiz	B			VU			x	x
ANSERIFORMES									
Anatidae									
<i>Dendrocygna bicolor</i>	marreca-caneleira	B							x
<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê	B							x
<i>Dendrocygna autumnalis</i>	asa-branca	B							x
<i>Amazonetta brasiliensis</i>	pé-vermelho	B							x
<i>Anas georgica</i>	marreca-parda	B							x
GALLIFORMES									
Cracidae									
<i>Penelope obscura</i>	jacuaçu	M					1,2,3,4	x	x
Odontophoridae									
<i>Odontophorus capueira</i>	uru	A							x
PODICIPEDIFORMES									
Podicipedidae									
<i>Tachybaptus dominicus speciosus</i>	mergulhão-pequeno	M							x
SULIFORMES									
Phalacrocoracidae									
<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	biguá	B							x
Anhingidae									
<i>Anhinga anhinga</i>	biguatinga	M							x
PELECANIFORMES									
Ardeidae									
<i>Tigrisoma lineatum</i>	socó-boi	M							x

Botaurus pinnatus	socó-boi-baio	M							x
Nycticorax nycticorax	savacu	B							x
Butorides striata	socozinho	B					5		x
Bubulcus ibis	garça-vaqueira	B							x
Ardea cocoi	garça-moura	B							x
Ardea alba	garça-branca-grande	B					5		x
Syrigma sibilatrix	maria-faceira	M					5		x
Pilherodius pileatus	garça-real	M			VU				x
Egretta thula	garça-branca-pequena	B							x
Egretta caerulea	garça-azul	M							x
Threskiornithidae									
Mesembrinibis cayennensis	coró-coró	M							x
Theristicus caudatus	curicaca	B							x
Platalea ajaja	colhereiro	M							x
CATHARTIFORMES									
Cathartidae									
Cathartes aura	urubu-de-cabeça-vermelha	B							x
Cathartes burrovianus	urubu-de-cabeça-amarela	M			VU				x
Coragyps atratus	urubu-de-cabeça-preta	B					I		x
Sarcoramphus papa	urubu-rei	M			EN			x	x
ACCIPITRIFORMES									
Accipitridae									
Leptodon cayanensis	gavião-de-cabeça-cinza	M				II			x
Chondrohierax uncinatus	caracoleiro	B				II			x
Elanoides forficatus	gavião-tesoura	M				II	I		x
Elanus leucurus	gavião-peneira	B					I		x
Harpagus diodon	gavião-bombachinha	M							x
Accipiter striatus	gavião-miúdo	B							x
Accipiter bicolor	gavião-bombachinha-grande	M						2	
Geranospiza caerulescens	gavião-pernilongo	M						2	
Heterospizias meridionalis	gavião-caboclo	B				II			x
Urubitinga coronata	águia-cinzenta	M				II			x
Rupornis magnirostris	gavião-carijó	B				II	1,2,3,4	x	x
Parabuteo leucorrhous	gavião-de-sobre-branco	M					I		x

Anexo 4

Geranoaetus albicaudatus	gavião-de-rabo-branco	B				II	I		x
Pseudastur polionotus	gavião-pombo-grande	A		NT	VU	II		x	
Buteo brachyurus	gavião-de-cauda-curta	M				II	5		x
Spizaetus tyrannus	gavião-pega-macaco	M			VU		1,2	x	x
FALCONIFORMES									
Falconidae									
Caracara cheriway	caracará-do-norte								
Caracara plancus	caracará	B				II	I	x	x
Milvago chimachima	carrapateiro	B				II	1,2,3,4	x	x
Herpetotheres cachinnans	acauã	B				II	2,3	x	x
Micrastur ruficollis	falcão-caburé	M				II	1,2,4		x
Falco sparverius	quiriquiri	B							x
Falco femoralis	falcão-de-coleira	B						x	
GRUIFORMES									
Aramidae									
Aramus guarauna	carão	M							x
Rallidae									
Aramides saracura	saracura-do-mato	M					1,2,3,4		x
Pardirallus maculatus	saracura-carijó	M							x
Pardirallus nigricans	saracura-sanã	M							x
Pardirallus sanguinolentus	saracura-do-banhado	M							x
Gallinula galeata	frango-d'água-comum								x
CARIAMIFORMES									
Cariamidae									
Cariama cristata	seriema	M					I	x	x
CHARADRIIFORMES									
Charadriidae									
Vanellus chilensis	quero-quero	B					I	x	x
Recurvirostridae									
Himantopus melanurus	pernilongo-de-costas-brancas								x
Scolopacidae									
Tringa solitaria	maçarico-solitário								x
Tringa melanoleuca	maçarico-grande-de-perna-amarela								x

Anexo 4

Jacanidae									
<i>Jacana jacana</i>	jaçanã	B							x
COLUMBIFORMES									
Columbidae									
<i>Columbina minuta</i>	rolinha-de-asa-canela	B			VU				x
<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha-roxa	B							x
<i>Columbina squammata</i>	fogo-apagou	B							x
<i>Claravis pretiosa</i>	pararu-azul	B							x
<i>Columba livia</i>	pombo-doméstico	B							x
<i>Patagioenas picazuro</i>	pombão	M					1,2,3,4		x
<i>Patagioenas cayennensis</i>	pomba-galega	M							x
<i>Patagioenas plumbea</i>	pomba-amargosa	A					1,2,4		x
<i>Zenaida auriculata</i>	pomba-de-bando	B							x
<i>Leptotila verreauxi</i>	juriti-pupu	B					1,2,4		x
<i>Leptotila rufaxilla</i>	juriti-gemeadeira	M					1,2		
PSITTACIFORMES									
Psittacidae									
<i>Aratinga leucophthalma</i>	periquitão-maracanã	B				II	1,2,4	x	x
<i>Aratinga aurea</i>	periquito-rei	M				II			x
<i>Pyrrhura frontalis</i>	tiriba-de-testa-vermelha	M					1,2,3,4	x	x
<i>Forpus xanthopterygius</i>	tuim								x
<i>Brotogeris tirica</i>	periquito-rico	B							x
<i>Brotogeris chiriri</i>	periquito-de-encontro-amarelo	M				II			x
<i>Pionopsitta pileata</i>	cuiú-cuiú	A					1,2,3,4	x	
<i>Pionus maximiliani</i>	maitaca-verde	M					1,2,3,4	x	x
<i>Amazona vinacea</i>	papagaio-de-peito-roxo	M	AM	EN	CR		2,3,4		x
<i>Amazona aestiva</i>	papagaio-verdadeiro	M							x
CUCULIFORMES									
Cuculidae									
<i>Piaya cayana</i>	alma-de-gato	B					5		x
<i>Coccyzus melacoryphus</i>	papa-lagarta-acanelado	B							x
<i>Crotophaga ani</i>	anu-preto	B							x
<i>Guira guira</i>	anu-branco	B					5		x

Anexo 4

Tapera naevia	saci	B							x
STRIGIFORMES									
Tytonidae									
Tyto alba	coruja-da-igreja	B				II		x	x
Strigidae									
Megascops choliba	corujinha-do-mato	B				II		x	x
Megascops atricapilla	corujinha-sapo	B							x
Strix hylophila	coruja-listrada	A		NT			I		x
Strix virgata	coruja-do-mato	M				II			x
Athene cunicularia	coruja-buraqueira	M				II			x
Asio clamator	coruja-orelhuda	B							x
Asio stygius	mocho-diabo	M							x
CAPRIMULGIFORMES									
Nyctibiidae									
Nyctibius griseus	mãe-da-lua	B							x
Caprimulgidae									
Nyctiphrynus ocellatus	bacurau-ocelado	M							x
Lurocalis semitorquatus	tuju	M					I		
Hydropsalis albicollis	bacurau	B							x
Hydropsalis longirostris	bacurau-da-telha	B							x
Hydropsalis torquata	bacurau-tesoura								x
Hydropsalis forcipata	bacurau-tesoura-gigante								x
APODIFORMES									
Apodidae									
Cypseloides senex	taperuçu-velho	M							x
Streptoprocne zonaris	taperuçu-de-coleira-branca	B					I		x
Streptoprocne biscutata	taperuçu-de-coleira-falha	M							x
Chaetura meridionalis	andorinhão-do-temporal								x
Trochilidae									
Phaethornis pretrei	rabo-branco-acanelado	B					4		x
Phaethornis eurynome	rabo-branco-de-garganta-rajada	M					1,2,3,4	x	x
Eupetomena macroura	beija-flor-tesoura	B					2		x
Florisuga fusca	beija-flor-preto	M							x
Colibri serrirostris	beija-flor-de-orelha-violeta	B					I		x

Anexo 4

Stephanoxis lalandi	beija-flor-de-topete	M					1,3	x	x
Chlorostilbon lucidus	besourinho-de-bico-vermelho						I		x
Thalurania glaucopis	beija-flor-de-fronte-violeta	M							x
Leucochloris albicollis	beija-flor-de-papo-branco	B					1,2,3,4	x	x
Amazilia versicolor	beija-flor-de-banda-branca	B							x
Amazilia fimbriata	beija-flor-de-garganta-verde	B							x
Amazilia lactea	beija-flor-de-peito-azul	B					I		x
Clytolaema rubicauda	beija-flor-rubi	M					1,2,3,4	x	x
Heliathryx auritus	beija-flor-de-bochecha-azul	M				II			x
Helimaster squamosus	bico-reto-de-banda-branca	M							x
Calliphlox amethystina	estrelinha-ametista	B							x
TROGONIFORMES									
Trogonidae									
Trogon surrucura	surucuá-variado	M					1,2,4		x
CORACIIFORMES									
Alcedinidae									
Megaceryle torquata	martim-pescador-grande	B					3,4	x	x
Chloroceryle amazona	martim-pescador-verde	B					5		x
Chloroceryle americana	martim-pescador-pequeno	B							x
Momotidae									
Baryphthengus ruficapillus	juruva-verde	M							x
GALBULIFORMES									
Bucconidae									
Nystalus chacuru	joão-bobo	M							x
Malacoptila striata	barbudo-rajado	M					3		x
PICIFORMES									
Ramphastidae									
Ramphastos toco	tucanuçu	M							x
Ramphastos dicolorus	tucano-de-bico-verde	M					1,4	x	x
Pteroglossus bailloni	araçari-banana	A		NT	VU				x
Picidae									
Picumnus cirratus	pica-pau-anão-barrado	B							x
Picumnus temminckii	pica-pau-anão-de-coleira	M							x
Melanerpes candidus	pica-pau-branco	B					I		x

Anexo 4

Veniliornis spilogaster	picapauzinho-verde-carijó	M					1,2,4	x	x
Picus aurulentus	pica-pau-dourado	M		NT			1	x	x
Colaptes melanochloros	pica-pau-verde-barrado	B							x
Colaptes campestris	pica-pau-do-campo	B					1		x
Dryocopus lineatus	pica-pau-de-banda-branca	B							x
Campephilus robustus	pica-pau-rei	M					1,2,3	x	x
PASSERIFORMES									
Thamnophilidae									
Myrmotherula gularis	choquinha-de-garganta-pintada	M					1,4		x
Dysithamnus mentalis	choquinha-lisa	M							x
Dysithamnus xanthopterus	choquinha-de-asa-ferrugem	M					1		x
Thamnophilus ruficapillus	choca-de-chapéu-vermelho	B							x
Thamnophilus caerulescens	choca-da-mata	B					1,2,3,4	x	x
Batara cinerea	matracão	M					1,2	x	x
Mackenziaena leachii	borralhara-assobiadora	M					4	x	x
Pyriglena leucoptera	papa-taoca-do-sul	M							x
Drymophila rubricollis	trovoada-de-bertoni	M							x
Drymophila genei	choquinha-da-serra	M		NT			1	x	x
Drymophila ochropyga	choquinha-de-dorso-vermelho	M		NT					x
Drymophila malura	choquinha-carijó	M							x
Conopophagidae									
Conopophaga lineata	chupa-dente	M					1,2,3,4	x	x
Grallariidae									
Grallaria varia	tovacuçu	A							x
Hylopezus nattereri	pinto-do-mato	A					1	x	x
Rhinocryptidae									
Scytalopus speluncae	tapaculo-preto	M					1,2,3,4	x	x
Formicariidae									
Chamaeza ruficauda	tovaca-de-rabo-vermelho	A					1	x	x
Scleruridae									
Sclerurus scansor	vira-folha	A					2		x
Dendrocolaptidae									
Sittasomus	arapaçu-verde	M					1,2,3,4	x	x

Anexo 4

griseicapillus									
Xiphorhynchus fuscus	arapaçu-rajado	A					1,2,3		x
Lepidocolaptes angustirostris	arapaçu-de-cerrado	M							x
Lepidocolaptes squamatus	arapaçu-escamado	A							x
Lepidocolaptes falcinellus	arapaçu-escamado-do-sul						1,2,3,4	x	x
Dendrocolaptes platyrostris	arapaçu-grande	M					1,2,3		x
Xiphocolaptes albicollis	arapaçu-de-garganta-branca	M					1,3		x
Furnariidae									
Xenops rutilans	bico-virado-carijó	M							x
Furnarius figulus	casaca-de-couro-da-lama	B							x
Furnarius rufus	joão-de-barro	B							x
Lochmias nematura	joão-porca	M					2,3,4	x	x
Automolus leucophthalmus	barranqueiro-de-olho-branco	M							x
Anabazenops fuscus	trepador-coleira	A							x
Philydor rufum	limpa-folha-de-testa-baia	M					1,2,4	x	x
Heliobletus contaminatus	trepadorzinho	A					1,2,3,4	x	x
Anabacerthia amaurotis	limpa-folha-miúdo	A		NT			4		
Syndactyla rufosuperciliata	trepador-quiete	M					1,2,3,4	x	x
Cichocolaptes leucophrus	trepador-sobrancelha	A					1		
Leptasthenura setaria	grimpeiro	B		NT			1,2,3,4	x	x
Phacellodomus ferrugineigula	joão-botina-do-brejo	M							x
Anumbius annumbi	cochicho	M							x
Certhiaxis cinnamomeus	curutié	M							x
Synallaxis ruficapilla	pichororé	M					2		x
Synallaxis cinerascens	pi-puí	M					1,3,4	x	x
Synallaxis albescens	uí-pi	B							x
Synallaxis spixi	joão-teneném	B					1,2,3,4	x	x
Cranioleuca pallida	arredio-pálido	M					1,2,3,4	x	x
Pipridae									
Neopelma	fruxu-do-carrasco	M							x

Anexo 4

chrysocephalum									
Neopelma chrysolophum	fruxu	M					1		
Manacus manacus	rendeira	B							x
Ilicura militaris	tangarazinho	M							x
Chiroxiphia caudata	tangará	B					1,2,3,4	x	x
Tityridae									
Schiffornis virescens	flautim	M					1,2	x	
Tityra inquisitor	anambé-branco-de-bochecha-parda	M							x
Pachyrampus viridis	caneleiro-verde	M							x
Pachyrampus castaneus	caneleiro	M							x
Pachyrampus polychopterus	caneleiro-preto	B					1,2,3,4	x	x
Pachyrampus validus	caneleiro-de-chapéu-preto	M					1		x
Cotingidae									
Tijuca atra	saudade	A		NT			1		
Pyroderus scutatus	pavó	M			VU		1	x	x
Phibalura flavirostris	tesourinha-da-mata	M		NT			2	x	x
Rhynchocyclidae									
Mionectes rufiventris	abre-asa-de-cabeça-cinza	M					1	x	x
Leptopogon amaurocephalus	cabeçudo	M					2		x
Phylloscartes ventralis	borboletinha-do-mato	M					1,2,3,4	x	x
Phylloscartes difficilis	estalinho	M		NT			1	x	x
Tolmomyias sulphurescens	bico-chato-de-orelha-preta	M					1,2,3,4	x	x
Todirostrum poliocephalum	teque-teque	B							x
Todirostrum cinereum	ferreirinho-relógio	B					2		x
Poecilotriccus plumbeiceps	tororó	M					1,2,3,4	x	x
Myiornis auricularis	miudinho	B							x
Hemitriccus obsoletus	catraca	M					1,2,3,4	x	x
Hemitriccus nidipendulus	tachuri-campainha	B							x
Platyrinchus mystaceus	patinho	M					1,2		x
Piprites pileata	caneleirinho-de-chapéu-preto	M	AM	VU	VU		1,2,4	x	x
Tyrannidae									

Anexo 4

Hirundinea ferruginea	gibão-de-couro								x
Tyranniscus burmeisteri	piolhinho-chiador	M							x
Camptostoma obsoletum	risadinha	B					1,2,3		x
Elaenia flavogaster	guaracava-de-barriga-amarela	B							x
Elaenia spectabilis	guaracava-grande	B							x
Elaenia parvirostris	guaracava-de-bico-curto	B							x
Elaenia mesoleuca	tuque	B					1,2,3,4	x	x
Elaenia obscura	tucão	M							x
Myiopagis caniceps	guaracava-cinzenta	M							x
Phyllomyias virescens	piolhinho-verdoso	M					1,2,3,4	x	x
Phyllomyias fasciatus	piolhinho	M					1,2,3,4	x	x
Phyllomyias griseicapilla	piolhinho-serrano	M		NT			1,2,3,4	x	x
Serpophaga nigricans	joão-pobre	B						x	x
Serpophaga subcristata	alegrinho	B					2	x	x
Attila rufus	capitão-de-saíra	M							x
Legatus leucophaeus	bem-te-vi-pirata	B							x
Myiarchus swainsoni	irré	B					1,2,3,4	x	x
Myiarchus ferox	maria-cavaleira								x
Myiarchus tyrannulus	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado								x
Sirystes sibilator	gritador								x
Pitangus sulphuratus	bem-te-vi	B					1,3,4	x	x
Machetornis rixosa	suiriri-cavaleiro	B					5	x	x
Myiodynastes maculatus	bem-te-vi-rajado	B					3,4		x
Megarynchus pitangua	neinei	B					5	x	x
Myiozetetes similis	bentevizinho-de-penacho-vermelho	B					2,3,4		x
Tyrannus albogularis	suiriri-de-garganta-branca	B					5		x
Tyrannus melancholicus	suiriri	B					2,3,4		x
Tyrannus savana	tesourinha	B							x
Empidonomus varius	peitica	B					5		x
Colonia colonus	viuvinha	B							x
Myiophobus fasciatus	filipe	B					4		x
Pyrocephalus rubinus	príncipe	B							x

Anexo 4

Fluvicola nengeta	lavadeira-mascarada	B					5		x
Arundinicola leucocephala	freirinha	M							x
Gubernetes yetapa	tesoura-do-brejo	M							x
Lathrotriccus eulerei	enferrujado	M							x
Contopus cinereus	papa-moscas-cinzento	B							x
Knipolegus cyanirostris	maria-preta-de-bico-azulado	B					1,2,3	x	x
Knipolegus lophotes	maria-preta-de-penacho	B					3		x
Knipolegus nigerrimus	maria-preta-de-garganta-vermelha	M							x
Satrapa icterophrys	suiriri-pequeno	B							x
Xolmis cinereus	primavera	B							x
Xolmis velatus	noivinha-branca	M							x
Muscippra vetula	tesoura-cinzenta	M					1		x
Vireonidae									
Cyclarhis gujanensis	pitiguari	B					1,2,3,4	x	x
Vireo olivaceus	juruviara	B					2,3		x
Hylophilus poicilotis	verdinho-coroado	M					1,2,3,4	x	x
Corvidae									
Cyanocorax cristatellus	gralha-do-campo	M						x	x
Cyanocorax chrysops	gralha-picaça	B					1,2,3,4		
Hirundinidae									
Pygochelidon cyanoleuca	andorinha-pequena-de-casa	B					1,2,4		x
Alopochelidon fucata	andorinha-morena	M							x
Stelgidopteryx ruficollis	andorinha-serradora	B							x
Progne tapera	andorinha-do-campo	B							x
Progne chalybea	andorinha-doméstica-grande	B							x
Tachycineta albiventer	andorinha-do-rio	B							x
Tachycineta leucorrhoa	andorinha-de-sobre-branco	B							x
Troglodytidae									
Troglodytes musculus	corruíra	B					3,4		x
Turdidae									
Turdus flavipes	sabiá-una	M					1		
Turdus rufiventris	sabiá-laranjeira	B					1,2,3,4	x	x
Turdus leucomelas	sabiá-barranco	B					1,3,4		x

Anexo 4

Turdus amaurochalinus	sabiá-poca	B					2,3		x
Turdus albicollis	sabiá-coleira	M					1,3		x
Mimidae									
Mimus saturninus	sabiá-do-campo	B							x
Motacillidae									
Anthus lutescens	caminheiro-zumbidor	B							x
Anthus hellmayri	caminheiro-de-barriga-acanelada	B					1		x
Coerebidae									
Coereba flaveola	cambaca	B					3		x
Thraupidae									
Saltator similis	trinca-ferro-verdadeiro	B					1,4	x	x
Saltator maxillosus	bico-grosso	M					1	x	x
Orchesticus abeillei	sanhaçu-pardo	M		NT					x
Nemosia pileata	saíra-de-chapéu-preto	B							x
Thlypopsis sordida	saí-canário	B							x
Pyrrhocomma ruficeps	cabecinha-castanha	M							x
Tachyphonus coronatus	tiê-preto	B							x
Ramphocelus bresilius	tiê-sangue	B							x
Ramphocelus carbo	pipira-vermelha	B							x
Lanio pileatus	tico-tico-rei-cinza	B							x
Lanio melanops	tiê-de-topete	M							x
Tangara cyanoventris	saíra-douradinha	M							x
Tangara desmaresti	saíra-lagarta	M					1,2,4	x	x
Tangara sayaca	sanhaçu-cinzento	B					1,2,3,4	x	x
Tangara palmarum	sanhaçu-do-coqueiro	B					2,4	x	x
Tangara ornata	sanhaçu-de-encontro-amarelo	M					2,4		x
Tangara cayana	saíra-amarela	M					1,2,3,4	x	x
Stephanophorus diadematus	sanhaçu-frade	B					1,2,3,4	x	x
Schistochlamys ruficapillus	bico-de-veludo	B					5		x
Pipraeidea melanonota	saíra-viúva	B					1,3,4		x
Tersina viridis	saí-andorinha	B							x
Dacnis cayana	saí-azul	B					1		x
Conirostrum	figuinha-de-rabo-castanho	B							x

Anexo 4

speciosum									
Emberizidae									
Zonotrichia capensis	tico-tico	B					1,2,3,4	x	x
Ammodramus humeralis	tico-tico-do-campo	B							x
Haplospiza unicolor	cigarra-bambu	M					1,3,4		x
Donacospiza albifrons	tico-tico-do-banhado	B			VU		I		x
Poospiza thoracica	peito-pinhão	M					I	x	x
Poospiza lateralis	quete	M					1,2,3,4	x	x
Sicalis citrina	canário-rasteiro	M							x
Sicalis flaveola	canário-da-terra-verdadeiro	B					I		x
Sicalis luteola	tipio	B							x
Emberizoides herbicola	canário-do-campo	B							x
Emberizoides ypiranganus	canário-do-brejo	M			VU				x
Embernagra platensis	sabiá-do-banhado	B			VU		I		x
Volatinia jacarina	tiziu	B					I		x
Sporophila frontalis	pixoxó	M	AM	VU	CR		1,2	x	x
Sporophila falcirostris	cigarra-verdadeira	M	AM	VU	CR				x
Sporophila lineola	bigodinho	B							x
Sporophila nigricollis	baiano	B							x
Sporophila ardesiaca	papa-capim-de-costas-cinzas	M							x
Sporophila caerulea	coleirinho	B					1,3,4	x	x
Sporophila leucoptera	chorão	B							x
Sporophila angolensis	curió	B			VU				x
Cardinalidae									
Piranga flava	sanhaçu-de-fogo	B					2		x
Cyanoloxia brissonii	azulão	M			VU				x
Parulidae									
Parula pitiayumi	mariquita	M					1,2,3,4	x	x
Geothlypis aequinoctialis	pia-cobra	B							x
Basileuterus culicivorus	pula-pula	M					1,2,3,4	x	x
Basileuterus leucoblepharus	pula-pula-assobiador	M					1,2,3,4	x	x
Icteridae									

Anexo 4

Psarocolius decumanus	japu	M							x
Cacicus chrysopterus	tecelão	M					1,2,3,4	x	x
Cacicus haemorrhous	guaxe	B							x
Icterus pyrrhopterus	encontro								x
Gnorimopsar chopi	graúna	B							x
Chrysomus ruficapillus	garibaldi	B							x
Pseudoleistes guirahuro	chopim-do-brejo	B							x
Molothrus bonariensis	vira-bosta	B					5		x
Sturnella superciliaris	polícia-inglesa-do-sul	B							x
Fringillidae									
Sporagra magellanica	pintassilgo	B					1,4	x	x
Euphonia chlorotica	fim-fim	B					1,2		x
Euphonia violacea	gaturamo-verdadeiro	B							x
Euphonia cyanocephala	gaturamo-rei	B							x
Euphonia pectoralis	ferro-velho	M					2		x
Chlorophonia cyanea	gaturamo-bandeira	M					1		x
Estrildidae									
Estrilda astrild	bico-de-lacre								x
Passeridae									
Passer domesticus	pardal	B							x

Ameaças: CR – criticamente em perigo; VU – vulnerável; AM – ameaçada; EN – em perigo; NT – quase ameaçada. Sensibilidade: A – sensibilidade alta; M – sensibilidade média; B – sensibilidade baixa;

Terminologia CITES: I – Ameaçadas; II – Comércio controlado; III – Comércio proibido em pelo menos um país-membro. Locais de amostragem no PECJ: Trilha dos Alpes – 1; Trilha da Celestina – 2; Trilha da Canhambora – 3; Trilha da Cachoeira – 4; registros fortuitos - 5.

Anexo 5 - Listas de espécies de Mastofauna

Espécies de mamíferos de médio e grande porte com possível ocorrência na região do PECJ, Campos de Jordão e municípios de entorno na Serra da Mantiqueira, segundo informações obtidas em levantamento de dados secundários.

Ordem	Família	Espécie	Nome popular	Endemismo	Categoria de ameaça			IUCN (2012)	Referências	Observações
					MG (2008)	SP (2010)	Brasil (MMA, 2003)			
Carnívora	Canidae	<i>Cerdocyon thous</i>	Cachorro do mato	A				LC	4,5,7,8,9,18,19,21	
Carnívora	Canidae	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	Lobo Guará	A	VU	VU	x	NT	4,5,9	
Carnívora	Felidae	<i>Leopardus pardalis</i>	Jaguaririca	A	VU	VU	x (somente subespécie <i>mitis</i>)	LC	4,5,7,8,9,15,18,19,21	
Carnívora	Felidae	<i>Leopardus sp</i>	Gato do mato	-				NA	8,18	
Carnívora	Felidae	<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-do-mato-pequeno	A	VU	VU		VU	5,7,9,18, 22	
Carnívora	Felidae	<i>Leopardus wiedii</i>	Gato maracajá	A	EN	EN	X	NT	4,9,15,19	
Carnívora	Felidae	<i>Panthera onca</i>	Onça pintada	A	CR	CR	X	NT	4,21	Ocorrência atual na área do Parque improvável
Carnívora	Felidae	<i>Puma concolor</i>	Onça parda	A	VU	VU	x (somente subespécie <i>capricorniensis</i>)	LC	4,5,7,9,15,18,19, 21	
Carnívora	Felidae	<i>Puma</i>	Jaguarundi	A				LC	4,5,9,19,21	

Anexo 5

		yagouaroundi								
Carnivora	Mephitidae	Conepatus semistriatus	Jaritataca	A		DD		LC	9,15,18,19	
Carnivora	Mustelidae	Eira barbara	Irara	A				LC	4,5,7,8,9,15,18,19,21	
Carnivora	Mustelidae	Galictis cuja	Furão pequeno	A		DD		LC	5,9,18	
Carnivora	Mustelidae	Galictis sp	Furão	A				NA	4	
Carnivora	Mustelidae	Lontra longicaudis	Lontra	A	VU	NT		DD	4,9,19	
Carnivora	Mustelidae	Pteronura brasiliensis	Ariranha	A		CR	x	EN	19	Ocorrência atual na área improvável. Atualmente presente principalmente na Amazônia e entorno.
Carnivora	Procyonidae	Nasua nasua	Coati	A				LC	4,5,7,9,15,18,19,21,22	
Carnivora	Procyonidae	Procyon cancrivorus	Mão-pelada	A				LC	4,5,8,9,15,18,19,21	
Cetartiodactyla	Cervidae	Mazama americana	Veado mateiro	A		VU		DD	9,18,19	
Cetartiodactyla	Cervidae	Mazama gouazoubira	Veado catingueiro	A					19	
Cetartiodactyla	Cervidae	Mazama sp.	Veado	-				NA	5,7,21,22	
Cetartiodactyla	Tayassuidae	Pecari tajacu	Cateto	A	VU	NT		LC	9,15,18,19	
Cetartiodactyla	Tayassuidae	Tayassu pecari	Queixada	A	CR	EN		NT	3,7,9,19	
Cingulata	Dasypodidae	Cabassous tatouay	Tatu-de-rabo-mole	A		DD		LC	9	
Cingulata	Dasypodidae	Dasypus	Tatu-galinha	A				LC	5,7,8,9,18,21	

Anexo 5

		novemcinctus								
Cingulata	Dasypodidae	Dasytus septemcinctus	Tatu-mulita	A				LC	9	
Cingulata	Dasypodidae	Dasytus sp	Tatu	-				NA	4,19, 22	
Cingulata	Dasypodidae	Euphractus sexcinctus	Tatu-peba	A				LC	4,5,7,18	
Lagomorpha	Leporidae	Sylvilagus brasiliensis	Tapeti	A				LC	4,5,7,8,9,18,19,21	
Perissodactyla	Tapiridae	Tapirus terrestris	Anta	A	EN	VU		VU	9,19,21	
Pilosa	Bradypodidae	Bradypus variegatus	Preguiça-de-três-dedos	A				LC	9,21	
Pilosa	Myrmecophagidae	Myrmecophaga tridactyla	Tamanduá-bandeira	A	VU	VU		VU	9	
Pilosa	Myrmecophagidae	Tamandua tetradactyla	Tamanduá-mirim	A			x	LC	7,9,21	
Primates	Atelidae	Alouatta guariba clamitans	Bugio ruivo	MA	VU	NT		LC	4,5,7,8,9,14,16,18,19,21	
Primates	Aotidae	Aotus sp.	Macaco-da-noite	-					19	
Primates	Atelidae	Brachyteles arachnoides	Muriqui-do-sul	R		EN	x	EN	3,9	Limite norte na Serra da Mantiqueira, ocorre em SP, RJ e PR.
Primates	Atelidae	Brachyteles hypoxanthus	Muriqui-do-norte	MA	EN		x	CR	14,16,18,21	Limite sul na Serra da Mantiqueira, ocorre na Mata Atlântica de MG, ES e BA.
Primates	Cebidae	Callithrix aurita	Sagui-da-serra-escuro	R	EN	VU	x	VU	4,5,7,8,9	

Anexo 5

Primates	Cebidae	<i>Callithrix jacchus</i>	Sagui-de-tufo-branco	A				LC	7,11	Espécie nativa da região Nordeste, introduzida em diversas áreas da Mata Atlântica
Primates	Cebidae	<i>Callithrix penicillata</i>	Mico-estrela	A				LC	9,14	Originalmente do Cerrado e interior da Mata Atlântica. Substitui <i>C. aurita</i> em várias áreas da Mata Atlântica
Primates	Cebidae	<i>Sapajus nigritus</i>	Macaco-prego-preto	MA		NT		NT	4,5,9,14,16,18,19	
Primates	Pitheciidae	<i>Callicebus nigrifrons</i>	Sauá	MA		NT		NT	4,8,9,14,16,18,19	
Primates	Pitheciidae	<i>Callicebus personatus</i>	Sauá	MA	EN		x	VU	21	Ocorrência registrada na Serra da Mantiqueira, mas talvez não ocorra em SP. Registro pode corresponder a <i>C. nigrifrons</i>
Rodentia	Caviidae	<i>Cavia aperea</i>	Preá	A				LC	9,18,19	
Rodentia	Caviidae	<i>Cavia fulgida</i>	Preá	MA				LC	7	
Rodentia	Caviidae	<i>Cavia sp</i>	Preá	-				NA	8,21	
Rodentia	Caviidae	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	Capivara	A				LC	4,5,9,19,21	
Rodentia	Cuniculidae	<i>Cuniculus paca</i>	Paca	A		NT		LC	4,5,7,8,9,15,18,19,21	
Rodentia	Dasyproctidae	<i>Dasyprocta azarae</i>	Cutia	A				DD	21	

Anexo 5

Rodentia	Dasyproctidae	Dasyprocta agouti?	Cutia	MA				LC	7	Registro bibliográfico de <i>D. leporina</i> , espécie amazônica. Pelas características, pode tratar-se de <i>D. "agouti"</i> (sensu Bonvicino et al, 2008)
Rodentia	Dasyproctidae	Dasyprocta sp	Cutia	-				NA	8,19	
Rodentia	Erethizontidae	Sphiggurus insidiosus	Ouriço-amarelo	MA				LC	9	
Rodentia	Erethizontidae	Sphiggurus villosus	Ouriço-cacheiro	MA				LC	7,19	
Rodentia	Myocastoridae	Myocastor coypus	Ratão do banhado	A					19	Nativo da parte Sul da AS, introduzido na região

Grau de endemismo: Regional (R): distribuição restrita para a Serra da Mantiqueira e/ou Serra do Mar e entorno, na região Sudeste; Mata Atlântica (MA): distribuição ampla, mas restrita ao bioma atlântico; Distribuição Ampla (A): distribuição abrangendo mais de um bioma brasileiro.

Categorias de Ameaça: DD: Deficiente em Dados; LC: Menor Preocupação; NT: Quase Ameaçado; VU: Vulnerável; EN: Ameaçado; CR: Criticamente Ameaçado.

Referências: 1) Attias et al, 2009; 2) Ávila-Pires e Gouvêa, 1977; 3) Castro et al, 2008; 4) Costa, 2005; 5) Costa et al, 2010; 6) Dall’Olio e Franco, 2004; 7) Delciellos et al, 2012; 8) Eduardo e Passamani, 2009; 9) Geise et al, 2004; 10) Martins, 2011; 11) Mesquita, 2009; 12) Moreira et al, 2009; 13) Nobre et al, 2009; 14) Nogueira et al, 2010; 15) Nunes et al, 2012; 16) Oliveira et al, 2008; 17) Passamani et al, 2011; 18) Prado, 2008; 19) Seibert et al, 1975; 20) Silva et al, 2007; 21) Stallings et al, 1991; 22) Pellacani et al, 2004.

Espécies de pequenos mamíferos terrestres com possível ocorrência na região do PECJ, Campos de Jordão e municípios de entorno na Serra da Mantiqueira, segundo informações obtidas em levantamento de dados secundários.

Ordem	Família	Espécie	Nome popular	Endemismo	Categoria de ameaça				Referências	Observações
					MG (2008)	SP (2010)	Brasil (MMA 2003)	IUCN (2012)		
Didelphimorphia	Didelphidae	Caluromys philander	Cuíca	A				LC	9,21	
Didelphimorphia	Didelphidae	Chironectes minimus	Cuíca d'água	A	VU	NT		LC	7	
Didelphimorphia	Didelphidae	Didelphis albiventris	Gambá	A				LC	5,8,11,21	
Didelphimorphia	Didelphidae	Didelphis aurita	Gambá	A				LC	5,6,7,9,11,18,20,22	
Didelphimorphia	Didelphidae	Didelphis sp	Gambá	-				NA	4,19	
Didelphimorphia	Didelphidae	Gracilinanus agilis	Cuíca	A		NT		LC	12	
Didelphimorphia	Didelphidae	Gracilinanus microtarsus	Cuíca	MA				LC	7,11	
Didelphimorphia	Didelphidae	Lutreolina crassicaudata	Cuíca-de-cauda-grossa	A				LC	9	
Didelphimorphia	Didelphidae	Marmosa murina	Cuíca	A				LC	9	
Didelphimorphia	Didelphidae	Marmosops incanus	Cuíca	MA		NT		LC	6,9,11,12,20,21	
Didelphimorphia	Didelphidae	Marmosops	Cuíca	R		VU		LC	9,12	

Anexo 5

		paulensis								
Didelphimorphia	Didelphidae	Marmosops sp	Cuíca	-				NA	7,11	
Didelphimorphia	Didelphidae	Metachirus nudicaudatus	Cuíca-cauda-de-rato	A		NT		LC	7,21	
Didelphimorphia	Didelphidae	Micoureus paraguayanus	Cuíca	MA				LC	9	
Didelphimorphia	Didelphidae	Monodelphis americana	Catita	A		NT		LC	6,7,9,12,21	
Didelphimorphia	Didelphidae	Monodelphis dimidiata	Catita	A				LC	9	
Didelphimorphia	Didelphidae	Monodelphis scalops	Catita	MA		NT		LC	9,12,20	
Didelphimorphia	Didelphidae	Monodelphis theresa	Catita	R		DD		DD	9	Conhecido por somente cinco espécimes em SP, RJ e MG
Didelphimorphia	Didelphidae	Philander frenatus	Cuíca-de-quatro-olhos	MA				LC	6,7,9,12,18,20	
Didelphimorphia	Didelphidae	Thylamys velutinus	Cuíca	A		VU		LC	9,20	Distribuído principalmente em áreas de Cerrado e Caatinga, mas há registros para a Serra da Mantiqueira
Rodentia	Cricetidae	Abrawayaomys ruschii	Rato	MA	VU	NT		LC	17,21	
Rodentia	Cricetidae	Akodon cursor	Rato	MA				LC	7,9,12,21	
Rodentia	Cricetidae	Akodon montensis	Rato	MA				LC	6,9,11,20	

Anexo 5

Rodentia	Cricetidae	Akodon reigi	Rato	MA		DD		LC	9	Distribuição conhecida no Uruguai e RS, mas aparentemente chega mais ao norte na Mata Atlântica
Rodentia	Cricetidae	Akodon serrensis	Rato	MA		NT		LC	6,7,9,12,20	
Rodentia	Cricetidae	Blarinomys breviceps	Rato	MA		DD		LC	7	
Rodentia	Cricetidae	Brucepatters onius sp	Rato	-				NA	9	
Rodentia	Cricetidae	Calomys laucha	Rato	MA				LC	21	Distribuição conhecida no Cone Sul, mas há registro para o Parque Estadual do Rio Doce, na parte norte do complexo da Mantiqueira
Rodentia	Cricetidae	Calomys tener	Rato	A				LC	12	
Rodentia	Cricetidae	Cerradomys subflavus	Rato	A				LC	11,12,21	Ocorre em áreas de Caatinga e Cerrado até o interior de MG e SP. Há registros para a Serra da Mantiqueira, mas não diretamente no entorno da região do Parque.
Rodentia	Cricetidae	Delomys collinus	Rato	R				LC	9	
Rodentia	Cricetidae	Delomys dorsalis	Rato	MA		NT		LC	6,7,9,20	
Rodentia	Cricetidae	Delomys sublineatus	Rato	MA		NT		LC	6,12,20	
Rodentia	Cricetidae	Euryoryzomys russatus	Rato	A		VU		LC	7	

Anexo 5

Rodentia	Cricetidae	<i>Hylaeamys megacephalus</i>	Rato	A				LC	21	Distribuição ampla na Amazônia, no Cerrado e no interior de MG/SP. Há registros para a Mantiqueira, mas não diretamente no entorno da região do Parque
Rodentia	Cricetidae	<i>Juliomys ossitenuis</i>	Rato	R		DD		NA	12	Espécie nova (Costa <i>et al</i> , 2007), com distribuição pouco conhecida mas abrangendo o complexo da Mantiqueira, incluindo o Parque Estadual do Caparaó (MG/ES) e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (MG).
Rodentia	Cricetidae	<i>Juliomys rimofrons</i>	Rato	R				VU	7,9	Conhecido de 3 localidades em MG/SP/RJ entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira. Distribuição não é conhecida entre estas localidades. Extremamente raro.
Rodentia	Cricetidae	<i>Necomys lasiurus</i>	Rato	A				LC	11,12	
Rodentia	Cricetidae	<i>Necomys squamipes</i>	Rato	A				LC	6,9,11,12,20,21	
Rodentia	Cricetidae	<i>Oecomys catherinae</i>	Rato	A		DD		LC	7	
Rodentia	Cricetidae	<i>Oecomys sp</i>	Rato	-				NA	9	
Rodentia	Cricetidae	<i>Oecomys trinitatis</i>	Rato	A				LC	21	
Rodentia	Cricetidae	<i>Oligoryzomys flavescens</i>	Rato	A				LC	7,9,12	
Rodentia	Cricetidae	<i>Oligoryzomys</i>	Rato	A				LC	9,11,12,20,21	

Anexo 5

		s nigripes								
Rodentia	Cricetidae	Oxymycterus dasytrichus	Rato	MA				LC	9,12	
Rodentia	Cricetidae	Oxymycterus roberti	Rato	A				LC	21	
Rodentia	Cricetidae	Oxymycterus sp.	Rato	-				NA	6,9,20	
Rodentia	Cricetidae	Phaenomys ferrugineus	Rato	R		VU	x	VU	17	Distribuição conhecida anterior na Serra do Mar; há um registro de ocorrência estendendo sua distribuição para a Serra da Mantiqueira
Rodentia	Cricetidae	Rhagomys rufescens	Rato	R		DD	x	NT	17	Espécie rara, com poucos registros distribuídos entre a Serra do Mar e da Mantiqueira em SP/MG/RJ
Rodentia	Cricetidae	Rhipidomys itoan	Rato	R				NA	7	Espécie redescrita em 2011 (Costa et al, 2011), conhecida de somente 3 sítios na parte norte do complexo da Mantiqueira. Ocorrência na parte sul da Mantiqueira é incerta.
Rodentia	Cricetidae	Rhipidomys mastacalis	Rato	MA		NT		LC	12,21	
Rodentia	Cricetidae	Rhipidomys sp	Rato	-				NA	9,11	
Rodentia	Cricetidae	Sooretamys angouya	Rato	MA				LC	9,20	
Rodentia	Cricetidae	Thaptomys nigrita	Rato	MA		VU		LC	6,7,9,12,20	

Anexo 5

Rodentia	Echimyidae	Euryzomatomys spinosus	Rato-de-espinho	MA		DD		LC	9,21	
Rodentia	Echimyidae	Kannabateomys amblyonyx	Rato-da-taquara	A		DD		LC	9,20	Naturalmente raro. Ocorrência alcança MS
Rodentia	Echimyidae	Trinomys dimidiatus	Rato-de-espinho	R		DD		LC	1,6,20	Ocorre ao longo da costa do RJ e perto dos limites de MG e SP, incluindo a parte sul da Mantiqueira.
Rodentia	Echimyidae	Trinomys graciosus	Rato-de-espinho	R				LC	1,9,12	Ocorre na Serra do Mar e parte sul da Serra da Mantiqueira em SP, RJ, MG e ES
Rodentia	Echimyidae	Trinomys sp	Rato-de-espinho	-				NA	7	
Rodentia	Sciuridae	Guerlinguetus ingrami	Serelepe	MA				LC	7,8,9,19,21, 22	

Grau de endemismo: Regional (R): distribuição restrita para a Serra da Mantiqueira e/ou Serra do Mar e entorno, na região Sudeste; Mata Atlântica (MA): distribuição ampla, mas restrita ao bioma atlântico; Distribuição Ampla (A): distribuição abrangendo mais de um bioma brasileiro.

Categorias de Ameaça: DD: Deficiente em Dados; LC: Menor Preocupação; NT: Quase Ameaçado; VU: Vulnerável; EN: Ameaçado; CR: Criticamente Ameaçado.

Referências: 1) Attias et al, 2009; 2) Ávila-Pires e Gouvêa, 1977; 3) Castro et al, 2008; 4) Costa, 2005; 5) Costa et al, 2010; 6) Dall'Olio e Franco, 2004; 7) Delciellos et al, 2012; 8) Eduardo e Passamani, 2009; 9) Geise et al, 2004; 10) Martins, 2011; 11) Mesquita, 2009; 12) Moreira et al, 2009; 13) Nobre et al, 2009; 14) Nogueira et al, 2010; 15) Nunes et al, 2012; 16) Oliveira et al, 2008; 17) Passamani et al, 2011; 18) Prado, 2008; 19) Seibert et al, 1975; 20) Silva et al, 2007; 21) Stallings et al, 1991; 22) Pellacani et al, 2004

Espécies de morcegos com possível ocorrência na região do PECJ, Campos de Jordão e municípios de entorno na Serra da Mantiqueira, segundo informações obtidas em levantamento de dados secundários.

Ordem	Família	Espécie	Nome popular	Endemismo	Categoria de ameaça			IUCN (2012)	Referências	Observações
					MG (2008)	SP (2010)	Brasil (MMA, 2003)			
Chiroptera	Emballonuridae	Rhynchonycteris naso	Morcego	A				LC	21	
Chiroptera	Molossidae	Cynomops abrasus	Morcego	A				DD	2	
Chiroptera	Molossidae	Molossus molossus	Morcego	A				LC	13	
Chiroptera	Molossidae	Tadarida brasiliensis	Morcego	A				LC	10	
Chiroptera	Noctilionidae	Noctilio leporinus	Morcego-pescador	A				LC	21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Anoura caudifer	Morcego	A				LC	7,10,13,21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Anoura geoffroyi	Morcego	A				LC	7,10,13,21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Artibeus fimbriatus	Morcego	MA				LC	7,10,13	
Chiroptera	Phyllostomidae	Artibeus planirostris	Morcego	A				LC	21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Artibeus lituratus	Morcego	A				LC	2,10,13,21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Artibeus obscurus	Morcego	A				LC	7,10	
Chiroptera	Phyllostomidae	Carollia perspicillata	Morcego	A				LC	7,10,13,21	

Anexo 5

Chiroptera	Phyllostomidae	Chrotopterus auritus	Morcego	A				LC	2,7,10,21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Desmodus rotundus	Morcego vampiro	A				LC	10,13	
Chiroptera	Phyllostomidae	Diphylla ecaudata	Morcego vampiro	A		VU		LC	10,13	
Chiroptera	Phyllostomidae	Glossophaga soricina	Morcego	A				LC	10,21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Lonchophylla bokermanni	Morcego	R	EN		x	DD	10,13	
Chiroptera	Phyllostomidae	Lonchorhina aurita	Morcego	A				LC	7	
Chiroptera	Phyllostomidae	Micronycteris megalotis	Morcego	A				LC	13	
Chiroptera	Phyllostomidae	Micronycteris microtis	Morcego	A*				LC	10	Ocorrência conhecida do México até a Amazônia, registro indica extensão. Presença na região do Parque incerta.
Chiroptera	Phyllostomidae	Micronycteris minuta	Morcego	A				LC	13	
Chiroptera	Phyllostomidae	Mimon bennettii	Morcego	A				LC	10,13	
Chiroptera	Phyllostomidae	Phyllostomus hastatus	Morcego	A				LC	21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Platyrrhinus lineatus	Morcego	A				LC	2,13,21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Platyrrhinus recifinus	Morcego	MA		DD	x	LC	10,13	Registros em áreas mais interiores do Brasil parecem indicar distribuição mais ampla para a espécie
Chiroptera	Phyllostomidae	Pygoderma bilabiatum	Morcego	A				LC	10,13	

Anexo 5

Chiroptera	Phyllostomidae	Sturnira lilium	Morcego	A				LC	2,7,10,13,21	
Chiroptera	Phyllostomidae	Sturnira tildae	Morcego	A				LC	7	
Chiroptera	Phyllostomidae	Tonatia bidens	Morcego	A				DD	2,7,10	
Chiroptera	Phyllostomidae	Vampyressa pusilla	Morcego	A				DD	2,13	
Chiroptera	Vespertilionidae	Eptesicus brasiliensis	Morcego	A				LC	2	
Chiroptera	Vespertilionidae	Eptesicus furinalis	Morcego	A				LC	13	
Chiroptera	Vespertilionidae	Histiotus velatus	Morcego	A				DD	2	
Chiroptera	Vespertilionidae	Lasiurus blossevillii	Morcego	A				LC	2,10	
Chiroptera	Vespertilionidae	Lasiurus cinereus	Morcego	A				LC	2,10	
Chiroptera	Vespertilionidae	Lasiurus ega	Morcego	A				LC	2	
Chiroptera	Vespertilionidae	Myotis levis	Morcego	MA		DD		LC	10,13	
Chiroptera	Vespertilionidae	Myotis nigricans	Morcego	A				LC	2,10,13	
Chiroptera	Vespertilionidae	Myotis riparius	Morcego	A				LC	10	
Chiroptera	Vespertilionidae	Myotis ruber	Morcego	A			x	NT	10,13	
Chiroptera	Vespertilionidae	Myotis sp.	Morcego	-				NA	10,21	

Grau de endemismo: Regional (R): distribuição restrita para a Serra da Mantiqueira e/ou Serra do Mar e entorno, na região Sudeste; Mata Atlântica (MA): distribuição ampla, mas restrita ao bioma atlântico; Distribuição Ampla (A): distribuição abrangendo mais de um bioma brasileiro.

Categorias de Ameaça: DD: Deficiente em Dados; LC: Menor Preocupação; NT: Quase Ameaçado; VU: Vulnerável; EN: Ameaçado; CR: Criticamente Ameaçado.

Referências: 1) Attias et al, 2009; 2) Ávila-Pires e Gouvêa, 1977; 3) Castro et al, 2008; 4) Costa, 2005; 5) Costa et al, 2010; 6) Dall’Olio e Franco, 2004; 7) Delciellos et al, 2012; 8) Eduardo e Passamani, 2009; 9) Geise et al, 2004; 10) Martins, 2011; 11) Mesquita, 2009; 12) Moreira et al, 2009; 13) Nobre et al, 2009; 14) Nogueira et al, 2010; 15) Nunes et al, 2012; 16) Oliveira et al, 2008; 17) Passamani et al, 2011; 18) Prado, 2008; 19) Seibert et al, 1975; 20) Silva et al, 2007; 21) Stallings et al, 1991.

Espécies de mamíferos terrestres de médio e grande porte com registros primários (coletas em campo ou registros recentes em museu) no PECJ e em seu entorno (município de Campos de Jordão).

Abundância por local																		
Ordem	Família	Espécie	Nome popular	Endemismo	Categoria de ameaça				IUCN	Registros	PECJ					Prana	PEMJ	Entorno
					MG	SP	Brasil	Registrados			Pico	Canhambora	Cachoeira	Pinus	Outros			
Carnivora	Canidae	Canis lupus familiaris	Cachorro doméstico	Exótica	-	-	-	NA	Av	I	-	-	-	I	-	-	-	
Carnivora	Canidae	Cerdocyon thous	Cachorro do mato	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-	
Carnivora	Canidae	Chrysocyon brachyurus	Lobo guará	A	VU	VU	X	NT	Av	-	-	-	-	I	-	-	-	
Carnivora	Canidae	Speothos venaticus	Cachorro Vinagre	A	CR	DD	X	NT	E	-	-	-	-	-	-	-	-	
Carnivora	Felidae	Felis catus	Faz. Prana	Exótica	-	-	-	NA	CT	-	-	-	-	-	I	-	-	
Carnivora	Felidae	Leopardus pardalis	Jaguaririca	A	VU	VU	X (ssp mitis)	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-	
Carnivora	Felidae	Leopardus tigrinus	Gato do mato pequeno	A	VU	VU	-	VU	E	-	-	-	-	-	-	-	-	
Carnivora	Felidae	Leopardus wiedii	Gato maracajá	A	EN	EN	X	NT	E	-	-	-	-	-	-	-	-	
Carnivora	Felidae	Puma concolor	Onça parda	A	VU	VU	X (ssp capricorniensis)	LC	E, Fz	-	-	-	-	I	-	-	-	
Carnivora	Felidae	Puma yagouaroundi	Jaguarundi	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-	

Carnivora	Mustelidae	Eira barbara	Irara	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnivora	Mustelidae	Conepatus cf. semistriatus	Jaritataca	A	-	DD	-	LC	Av	-	-	-	-	-	-	-	I
Carnivora	Mustelidae	Lontra longicaudis	Lontra	A	VU	NT	-	DD	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Carnivora	Procyonidae	Nasua nasua	Coati	A	-	-	-	LC	E, CT	-	-	-	-	-	I	-	-
Carnivora	Procyonidae	Procyon cancrivorus	Mão-pelada	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Cetartiodactyla	Cervidae	Mazama americana	Veado mateiro	A	-	VU	-	DD	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Cetartiodactyla	Cervidae	Mazama gouazoubira	Veado catingueiro	A	-	-	-	LC	Av	I	-	-	-	-	-	-	-
Cetartiodactyla	Tayassuidae	Pecari tajacu	Cateto	A	VU	NT	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Cetartiodactyla	Tayassuidae	Tayassu pecari	Queixada	A	CR	EN	-	NT	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Cingulata	Dasypodidae	Cabassous tatouay	Tatu de rabo mole	A	-	DD	-	LC	Mus	-	-	-	-	-	-	-	I
Cingulata	Dasypodidae	Dasypus novemcinctus	Tatu galinha	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Cingulata	Dasypodidae	Dasypus septemcinctus	Tatu mulita	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Cingulata	Dasypodidae	Euphractus sexcinctus	Tatu peba	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Lagomorpha	Leporidae	Lepus europaeus	Lebre	Exótica	-	-	-	LC	Av	-	-	-	-	-	I	-	-
Lagomorpha	Leporidae	Sylvilagus brasiliensis	Tapeti	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-

Anexo 5

Pilosa	Myrmecophagidae	Tamandua tetradactyla	Tamanduá-mirim	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Primates	Atelidae	Alouatta guariba clamitans	Bugio ruivo	MA	VU	NT	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Primates	Atelidae	Brachyteles arachnoides	Muriqui do sul	R	-	EN	X	EN	E, Mat	-	-	-	-	-	-	-	I
Primates	Cebidae	Callithrix aurita	Sagui da serra escuro	R	EN	VU	X	VU	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Primates	Cebidae	Sapajus nigritus	Macaco prego preto	MA	-	NT	-	NT	Av	-	-	I	-	-	-	-	I
Primates	Pitheciidae	Callicebus nigrifrons	Sauá	MA	-	NT	-	NT	Av	-	-	-	-	I	-	-	-
Rodentia	Caviidae	Cavia aperea	Preá	A	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodentia	Caviidae	Dasyprocta "agouti"	Cutia	MA	-	NT	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodentia	Caviidae	Hydrochoerus hydrochaeris	Capivara	A	-	-	-	LC	Av	-	-	-	-	2	-	-	-
Rodentia	Cuniculidae	Cuniculus paca	Paca	A	-	NT	-	LC	E, CT	-	I	-	-	-	-	-	-
Rodentia	Erethizontidae	Sphiggurus villosus	Ouriço cacheiro	MA	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-

Grau de endemismo: Regional (R): distribuição restrita para a Serra da Mantiqueira e/ou Serra do Mar e entorno, na região Sudeste; Mata Atlântica (MA): distribuição ampla, mas restrita ao bioma atlântico; Distribuição Ampla (A): distribuição abrangendo mais de um bioma brasileiro.

Categorias de Ameaça: DD: Deficiente em Dados; LC: Menor Preocupação; NT: Quase Ameaçado; VU: Vulnerável; EN: Ameaçado; CR: Criticamente Ameaçado.

Tipos de Registro: Av: Avistamento; CT: Armadilha fotográfica; E: Entrevista; Fz: Fezes; Mat: Material coletado por terceiros; Mus: Registro em museu (MZUSP)

Anexo 5

Espécies de mamíferos terrestres de pequeno porte com registros primários (coletas em campo ou registros recentes em museu) no PECJ e em seu entorno (município de Campos de Jordão).

Abundância																		
Ordem	Família	Espécie	Nome popular	Endemismo	Categoria de ameaça				Registros	PECJ					Pra na	PEMC J	Entor no	Obs.
					M G	SP	Bras il	IUC N		Pico	Canhambor a	Cachoeira	Pinu s	Outro s				
Rodenti a	Cricetidae	Akodon montensis cf.	Rato	MA	-	-	-	LC	Pit, Mus, Sh	37	57	33	2	13	5	35	8	
Rodenti a	Cricetidae	Blarinomys breviceps	Rato	MA	-	DD	-	LC	Mus	-	-	-	-	1	-	-	-	
Rodenti a	Cricetidae	Brucepattersonius cf. soricinus	Rato	R (Extensão)?	-	NT	-	DD	Mus	-	-	-	-	7	-	-	-	Conhecido previamente para parte sul de SP
Rodenti a	Cricetidae	cf. Euryoryzomys russatus	Rato	A	-	VU	-	LC	Sh	-	1	-	-	-	-	-	-	
Rodenti a	Cricetidae	Delomys dorsalis	Rato	MA	-	NT	-	LC	Sh, Mus	-	1	2	-	14	12	-	-	
Rodenti a	Cricetidae	Delomys dorsalis cf.	Rato	MA	-	NT	-	LC	CT, Mus	-	-	5	-	-	-	-	3	
Rodenti a	Cricetidae	Delomys sublineatus	Rato	MA	-	NT	-	LC	Mus	-	-	-	-	-	-	-	1	

Anexo 5

Rodentia	Cricetidae	Juliomys ossitenuis cf.	Rato	R	-	DD	-	NA	Mus	-	-	-	-	I	-	-	-	Espécie nova (Costa, 2007), pouco conhecida, ocorre no P.E. do Caparaó e no P.E. da Serra do Brigadeiro.
Rodentia	Cricetidae	Necomys lasiurus	Rato	A	-	-	-	LC	Sh	-	-	I	-	-	-	-	-	
Rodentia	Cricetidae	Nectomys squamipes	Rato	A	-	-	-	LC	CT	-	-	5	-	-	-	-	-	
Rodentia	Cricetidae	Oligoryzomys cf. nigripes	Rato	A	-	-	-	LC	Sh, Pit	-	-	7	-	-	I	-	-	
Rodentia	Cricetidae	Oligoryzomys nigripes	Rato	A	-	-	-	LC	Mus	-	-	-	-	8	-	-	3	
Rodentia	Cricetidae	Oxymycterus sp. I (sensu Oliveira, 1998)	Rato	N/D	-	-	-	NA	Mus	-	-	-	-	-	-	-	2	
Rodentia	Cricetidae	Rhipidomys cf. mastacalis	Rato	MA	-	NT	-	LC	Sh	-	I	-	-	-	-	-	-	

Anexo 5

Rodentia	Cricetidae?	Roedores não identificados	Rato	-	-	-	-	-	Sh, Pit	38	1	44	-	-	8	-	-	
Rodentia	Cricetidae	Sooretamys angouya	Rato	MA	-	-	-	LC	Sh, Mus	-	-	-	-	1	-	1	1	
Rodentia	Cricetidae	Thaptomys nigrita	Rato	MA	-	V U	-	LC	Sh, Mus	-	6	-	-	4	-	2	7	
Rodentia	Muridae	Mus musculus	Camundongo	Exótico	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rodentia	Muridae	Rattus cf. rattus	Ratazana	Exótico	-	-	-	LC	E	-	-	-	-	-	-	-	-	
Rodentia	Sciuridae	Guerlinguetus ingrami	Serelepe	MA	-	-	-	LC	Av	-	-	-	-	-	1	-	-	
Didelphimorphia	Didelphidae	Didelphis aurita	Gambá de orelha preta	A	-	-	-	LC	Av, CT	-	-	-	2	-	-	-	1	
Didelphimorphia	Didelphidae	Gracilinanus microtarsus	Cuíca	MA	-	-	-	LC	Mus	-	-	-	-	2	-	-	-	
Didelphimorphia	Didelphidae	Marmosops paulensis	Cuíca	R	-	V U	-	LC	Pit, Mus	-	-	1	-	2	-	-	-	
Didelphimorphia	Didelphidae	Monodelphis americana	Catita	A	-	N T	-	LC	Pit	-	-	1	-	-	-	-	-	
Didelphimorphia	Didelphidae	Philander frenatus	Cuíca-de-quatro-olhos	MA	-	-	-	LC	Sh, CT	-	-	7	-	-	-	-	-	

Anexo 5

Didelphi morphi a	Didelphidae	Marsupial não identificado	-	-	-	-	-	-	-	Pit		-	-	-	-	-	-	-	-
----------------------------------	-------------	-------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	-----	--	---	---	---	---	---	---	---	---

Grau de endemismo: Regional (R): distribuição restrita para a Serra da Mantiqueira elou Serra do Mar e entorno, na região Sudeste; Mata Atlântica (MA): distribuição ampla, mas restrita ao bioma atlântico; Distribuição Ampla (A): distribuição abrangendo mais de um bioma brasileiro. Categorias de Ameaça: DD: Deficiente em Dados; LC: Menor Preocupação; NT: Quase Ameaçado; VU: Vulnerável; EN: Ameaçado; CR: Criticamente Ameaçado. Tipos de Registro: Av: Avistamento; CT: Armadilha fotográfica; E: Entrevista; Pit: Armadilha de queda; Mus: Registro em museu (MZUSP); Sh: Armadilha Shermann.

Anexo 5

Espécies de morcegos com registros primários (registros recentes em museu) no PECJ e em seu entorno (município de Campos de Jordão).

					Categoria de ameaça						Abundância
Ordem	Família	Espécie	Nome popular	Endemismo	MG	SP	Brasil	IUCN	Registros	Entorno	
Chiroptera	Phyllostomidae	Carollia perspicillata	Morcego	A	-	-	-	LC	Mus	I	
Chiroptera	Vespertilionidae	Myotis levis	Morcego	MA	-	DD	-	LC	Mus	I	
Chiroptera	Molossidae	Tadarida brasiliensis	Morcego	A	-	-	-	LC	Mus	2	

Grau de endemismo: Mata Atlântica (MA): distribuição ampla, mas restrita ao bioma atlântico; Distribuição Ampla (A): distribuição abrangendo mais de um bioma brasileiro.

Categorias de Ameaça: DD: Deficiente em Dados.

Tipos de Registro: Mus: Registro em museu (MZUSP).

Anexo 6 - Listas de espécies de Herpetofauna

Espécies de anfíbios com registro de ocorrência para a região do PECJ, Campos do Jordão e área de abrangência (Serra da Mantiqueira), nos estados de São Paulo e Minas Gerais, a partir do levantamento de dados primários e secundários.

Família	Espécie	Nome popular	Dados Primários		Dados Secundários	Endemismo	Categoria de ameaça			
			AER	Coleção			MG	SP	Brasil	IUCN
Brachycephalidae	Ischnocnema juipoca	Rãzinha-do-folhiço	x	1,2	x	A				
	Ischnocnema (gr. lactea) sp	Rã-do-folhiço	x			R				
	Ischnocnema guentheri	Rã-do-folhiço	x	1,2,3	x	MA				
	Ischnocnema vizottoi	Rã-do-folhiço	x	2	x	R				
Bufonidae	Rhinella ornata	Sapo-cururu			x	MA				
	Rhinella icterica	Sapo-cururu	x	1,4	x	MA				
Centrolenidae	Vitreorana eurygnatha	Perereca-de-vidro		1,2,3,4		MA				
	Vitreorana uranoscopa	Perereca-de-vidro			x	MA				
Cycloramphidae	Cycloramphus carvalhoi	Rã-de-cachoeira		2	x	R		DD		
	Odontophrynus americanus	Sapo-da-enchente	x	1,2,4		A				
	Proceratophrys sp (aff. melanopogon)	Sapo-de-chifre		1,2	x	R				
Hemiphractidae	Fritziana goeldii	Perereca-marsupial	x	2,3,4		R				
Hylidae	Aplastodiscus callipygius	Perereca-flautinha		1,2,3,4	x	R				
	Aplastodiscus leucopygius cf.	Perereca-verde	x	4	x	R				
	Aplastodiscus perviridis	Perereca-flautinha	x	1,2,3,4		A				
	Bokermannohyla circumdata	Perereca-da-mata		2,3,4		MA				
	Bokermannohyla luctuosa	Perereca-da-mata	x	3	x	R				
	Dendropsophus microps	Pererequinha-do-brejo	x	1,2,3,4		MA				
	Hypsiboas albomarginatus	Perereca-verde		1		MA				
	Hypsiboas faber*	Sapo-ferreiro		4	x	MA				
	Hypsiboas latistriatus	Perereca-de-pijama	x	1,2,4		R				

Família	Espécie	Nome popular	Dados Primários		Dados Secundários	Endemismo	Categoria de ameaça			
			AER	Coleção			MG	SP	Brasil	IUCN
	Hypsiboas sp (gr. polytaenius)	Perereca-de-pijama	x	1,3		R				
	Hypsiboas prasinus	Perereca	x	1,2,3,4		MA				
	Itapotihyla langsdorfii	Perereca-castanhola		2		MA				
	Scinax fuscovarius	Perereca		1		A				
	Scinax sp (aff. duartei)	Perereca	x	1,2,3,4	x	R				
	Scinax cf. hayii	Perereca	x			MA				
	Scinax obtriangulatus	Perereca		2,4	x	R				
	Phasmahyla cochranæ	Sapo-folha		2,4	x	R				
	Trachycephalus imitatrix	Perereca-leiteira		3		R		DD		
Hylodidae	Crossodactylus gaudichaudii	Rãzinha-de-riacho		1	x	R		DD		
	Crossodactylus grandis	Rãzinha-de-riacho		3		R		DD		
	Hylodes magalhaesi	Rãzinha-de-riacho		2,3,4	x	L		VU		
	Megaelosia jordanensis	Rã-grande-de-riacho		1	x	L		DD		
Leiuperidae	Physalaemus cuvieri	Rã-cachorro	x	1,4		A				
	Physalaemus jordanensis	Rãzinha-do-folhicho		2,3,4	x	R		NT		
	Physalaemus olfersii	Rãzinha-rangendorã		4	x	MA				
Leptodactylidae	Leptodactylus marmoratus gr.	Rãzinha		3		MA				
	Leptodactylus latrans	Rã-manteiga		1,4	x	A				
	Paratelmatobius mantiqueira	Rãzinha-de-barriga-colorida			x	R		DD		
Microhylidae	Chiasmocleis mantiqueira	Rã-guardinha-da-Mantiqueira		4		R		DD		
Ranidae	Lithobates catesbeianus	Rã-touro	x	4	x	Exótico				
Strabomantidae	Holoaden luederwaldti	Sapinho-verrucoso		1,2	x	L		DD		
Caecilidae	Siphonops sp	Cecília			x	-				

* Espécies com registro somente para municípios vizinhos de Campos do Jordão, SP. Espécies com registro para a área do PECJ estão marcadas em **negrito**. Coleções: 1. Coleção Herpetológica do Museu de Zoologia da USP, SP (MZUSP); 2. Coleção Célio Fábio Batista Haddad, Unesp, Rio Claro (CFBH); 3. Coleção da Universidade Estadual de Campinas, SP (ZUEC); 4. Departamento de Zoologia da Unesp, São José do Rio Preto, SP (DZSJRP). Tipos de endemismo: Local (L) = distribuição restrita ao PECJ e municípios adjacentes (Planalto de Campos do Jordão); Regional (R) = distribuição restrita para a Serra da Mantiqueira e/ou Serra do Mar, na região sudeste; Mata Atlântica (MA) = distribuição ampla na Mata Atlântica, podendo abranger outras regiões brasileiras; Ampla (A) = distribuição por mais de um bioma brasileiro.

Tabela 1. Espécies de répteis com registro de ocorrência para a região do PECJ, Campos do Jordão e área de abrangência (Serra da Mantiqueira), nos estados de São Paulo e Minas Gerais, a partir do levantamento de dados primários e secundários

Família	Espécie	Nome Popular	Dados primários		Dados Secundários	Endemismo	Categoria de ameaça			
			AER	Coleção			MG	SP	Brasil	IUCN
Ordem Squamata										
Amphisbaena										
Amphisbaenidae	Amphisbaena alba	Cobra-de-duas-cabeças		1		A				
	Amphisbaena dubia	Cobra-de-duas-cabeças	x	1,2		A				
Lacertilia										
Anguidae	Ophiodes striatus	Cobra-de-vidro		1,2	x	A				
Gymnophthalmidae	Cercosaura schreibersii	Lagarto		1,2		A				
	Colobodactylus dalcyanus	Lagarto		1,2	x	R		NT		
Leiosauridae	Enyalius perditus	Calango	x			MA				
	Urostrophus vautieri	Calango		1,2	x	MA				
Mabuyidae	Aspronema dorsivittata	Lagarto	x	2		A				
Teiidae	Salvator merianae	Teiú		1	x	A				
Serpentes										
Colubridae	Chironius bicarinatus	Cobra-cipó		2	x	MA				
	Chironius exoletus*	Cobra-cipó			x	MA				
	Chironius foveatus*	Cobra-cipó			x	MA				
	Spilotes pullatus	Caninana			x	A				
Dipsadidae	Apostolepis assimilis	Coral-falsa		1,2	x	A				
	Atractus zebrinus	Fura-terra		1,2	x	MA				
	Clelia plumbea*	Muçurana			x	MA				
	Ditaxodon taeniatus	-			x	MA		VU		
	Echinanthera cephalostriata	Papa-rã	x	1	x	MA				
	Echinanthera cyanopleura	Papa-rã		2		MA				

	<i>Echinanthera undulata</i>	Papa-rã			x	MA				
	<i>Elapomorphus quinquilineatus</i>	Cobra-listrada			X	MA				
	<i>Erythrolamprus aesculapii</i>	Coral-falsa		1		A				
	<i>Erythrolamprus jaegeri</i>	Cobra-verde	x	1	X	A				
	<i>Erythrolamprus miliaris</i>	Cobra-d'água		1,2		A				
	<i>Erythrolamprus poecilogyrus</i>	Cobra-de-capim			X	A				
	<i>Gomesophis brasiliensis*</i>	Cobra-d'água			x	MA				
	<i>Helicops modestus*</i>	Cobra-d'água			x	MA				
	<i>Mastigodryas bifossatus</i>	Jararacussu-do-brejo			x	A				
	<i>Mussurana montana</i>	Muçurana		2	x	R	NT	VU		
	<i>Oxyrhopus clathratus</i>	Coral-falsa	x	1	x	MA				
	<i>Oxyrhopus guibei</i>	Coral-falsa		2	x	A				
	<i>Philodryas aestiva*</i>	Cobra-verde			x	A				
	<i>Philodryas olfersii</i>	Cobra-verde			x	MA				
	<i>Philodryas patagoniensis</i>	Parelheira		1,2	x	A				
	<i>Ptychophis flavovirgatus</i>	Cobra-d'água			x	MA				
	<i>Sibynomorphus mikanii</i>	Dormideira	x		x	A				
	<i>Sibynomorphus neuwiedi*</i>	Dormideira			x	MA				
	<i>Taeniophallus affinis</i>	Papa-rã	x	2	x	MA				
	<i>Taeniophallus bilineatus</i>	Papa-rã		2	x	MA				
	<i>Taeniophallus occipitalis</i>	Papa-rã		1	x	A				
	<i>Thamnodynastes cf. nattereri</i>	Corre-campo		1	x	MA				
	<i>Thamnodynastes strigatus</i>	Corre-campo		1,2	x	A				
	<i>Tomodon dorsatus</i>	Cobra-espada		2	x	MA				
	<i>Tropidodryas serra</i>	Jararaquinha			x	MA				

	Xenodon neuwiedi	Falsa- jararaca		1,2	x	MA				
	Xenodon merremii	Boipeva			x	A				
Tropidophiidae	Tropidophis paucisquamis	Jiboinha			x	R				
Elapidae	Micrurus decoratus	Coral			x	MA				
	Micrurus frontalis	Coral		1	x	A				
Viperidae	Bothrops fonsecai	Urutu	x	1,2	x	R	NT	VU		
	Bothrops jararaca	Jararaca		1,2	x	MA				
	Bothrops neuwiedi*	Jararaca- pintada		2	x	A				
	Crotalus terrificus	Cascavel			x	A				
Ordem Testudines										
Chelidae	Hydromedusa maximiliani	Cágado			x	MA	CR	-	-	VU

* Espécies com registro somente para municípios vizinhos de Campos do Jordão, SP.

Espécies com registro para a área do PECJ estão marcadas em **negrito**.

Coleção: **1.** Coleção Herpetológica do Museu de Zoologia da USP, SP (MZUSP); **2.** Coleção da Universidade Estadual de Campinas, SP (ZUEC).

Tipos de endemismo: Local (L) = distribuição restrita ao PECJ e municípios adjacentes (Planalto de Campos do Jordão); Regional (R) = distribuição restrita para a Serra da Mantiqueira e/ou Serra do Mar, na região sudeste; Mata Atlântica (MA) = distribuição ampla na Mata Atlântica, podendo abranger outras regiões brasileiras; Ampla (A) = distribuição em mais de um bioma brasileiro.

Anexo 7 - Avaliação socioeconômica dos municípios da área de abrangência baseada no IPRS

Inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)², o IPRS é um indicador utilizado para avaliar as condições de vida da população nas dimensões riqueza, longevidade e escolaridade, caracterizando a posição de unidades territoriais como município, Região Administrativa e Estado, conforme sua situação em cada dimensão e em uma tipologia que combina essas dimensões.

O indicador criado para o Estado de São Paulo mantém as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade –, mas com certas especificidades.

O IPRS compõe-se de quatro conjuntos de indicadores: três setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade, permitindo, o ordenamento dos municípios do Estado segundo cada uma dessas dimensões; e uma tipologia formada de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, resumindo a situação municipal segundo os três eixos considerados.

Em cada uma das três dimensões do IPRS, foram criados indicadores sintéticos que permitem hierarquizar os municípios paulistas conforme seus níveis de riqueza, longevidade e escolaridade.

A tabela a seguir, sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das dimensões do IPRS e a estrutura de ponderação obtida:

Síntese das variáveis selecionadas e estrutura de pesos adotada, segundo dimensões do IPRS

Dimensões	Componentes	Contribuição para o indicador sintético
Riqueza municipal	Consumo residencial de energia elétrica	25%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços	25%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	25%
	Valor adicionado fiscal <i>per capita</i>	25%
Longevidade	Mortalidade perinatal	30%
	Mortalidade infantil	30%
	Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos	20%
	Mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos	20%
Escolaridade	Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental)	31%
	Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental)	31%
	Taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos	19%
	Taxa de distorção idade-série no ensino médio	19%

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Classificação do IPRS

A combinação dos indicadores sintetiza a situação de cada município quanto às três dimensões – riqueza, escolaridade e longevidade –, e propicia uma tipologia que classifica os municípios do Estado

² PNUD. Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros. Brasília, PNUD, 1998.

de São Paulo em cinco grupos com características similares de riqueza municipal, longevidade e escolaridade.

Diferentemente de indicadores baseados em critérios normativos, o IPRS é um indicador relativo, cujos parâmetros norteadores se definem a partir dos próprios dados que lhe dão origem. As categorias – *baixa, média e alta* – que caracterizam os grupos de municípios são definidas segundo a realidade dos municípios no ano em análise.

Grupos do IPRS 2010

Grupo 1: engloba municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais. Sua maioria está localizada ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (rodovias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo.

Grupo 2: reúne municípios com significativos níveis de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, situando-se aquém dos registrados para os municípios do Grupo 1.

Grupo 3: reúnem-se aqui os municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade..

Grupo 4: este grupo apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade.

Grupo 5: localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade, concentram-se neste grupo os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais.

Potencial Socioeconômico da RMVPLN, especialmente dos municípios de Campos do Jordão, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Santo Antonio do Pinhal e São Bento do Sapucaí, baseados no Índice de Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

Esta área destacada apresenta boa colocação quanto à dimensão riqueza do Índice de Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), quando comparada às demais regiões do Estado³. Porém, seus indicadores são insatisfatórios nas dimensões sociais (longevidade e educação). No *ranking* de cada uma das componentes do IPRS, ocupa as seguintes posições: 4^a em Riqueza, 12^a em Longevidade e 12^a em Escolaridade. Abaixo, segue uma análise dos resultados do IPRS de cada município da área de abrangência.

CAMPOS DO JORDÃO

Nas edições de 2008 e 2010 do IPRS, Campos do Jordão classificou-se no Grupo 2, que agrega os municípios bem posicionados na dimensão riqueza, mas com deficiência em pelo menos um dos indicadores sociais.

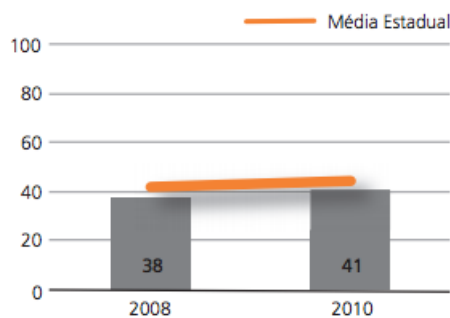
No *ranking* 2010 o município apresentou as seguintes posições: 96^a. em Riqueza. 636^a. em Longevidade e 182^a. em Escolaridade, como se verifica nas figuras a seguir.

Em Campos do Jordão o escore de riqueza aumentou no último período, e o município avançou posições nesse *ranking*. Entretanto, seu índice situa-se abaixo do nível médio estadual.

Riqueza

Posições no ranking:

2008: 124^a 2010: 96^a



Riqueza Campos do Jordão

Fonte: Fundação Seade, 2013.

Tal desempenho se dá ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Riqueza no período 2008-2010, a saber:

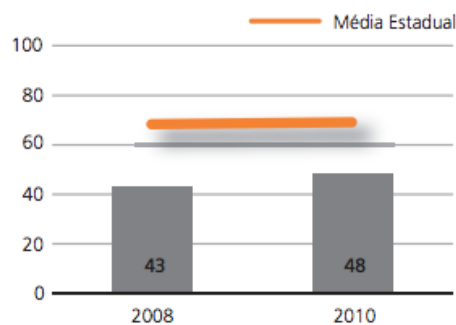
- o consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 14,9 MW para 14,2 MW;
- o consumo de energia elétrica por ligação residencial elevou-se de 3,7 MW para 4,1 MW;
- o rendimento médio do emprego formal elevou-se de R\$ 1.094 para R\$ 1.193;
- o valor adicionado per capita aumentou de R\$ 4.105 para R\$ 5.014.

Quanto à longevidade, Campos do Jordão somou pontos nesse escore no período, no entanto situa-se abaixo da média estadual, portanto sua colocação nesse ranking não se alterou.

Longevidade

Posições no *ranking*:

2008: 636^a 2010: 636^a



Longevidade Campos do Jordão

Fonte: Fundação Seade, 2012

Tal desempenho se dá em função do comportamento das variáveis que compõem a dimensão Longevidade no período 2008-2010, a saber:

Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 21,2 para 20,0;

Taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) reduziu-se de 28,5 para 24,4;

Taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) variou de 2,0 para 1,9;

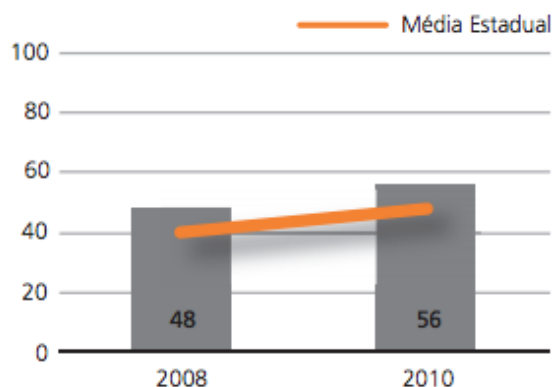
Taxa de mortalidade das pessoas de 60 a 69 anos (por mil habitantes) diminuiu de 28,0 para 26,2.

Quanto à escolaridade, Campos do Jordão acrescentou pontos nesse escore no período e está acima da média estadual. Apesar deste desempenho, o município perdeu posições no *ranking* dessa dimensão.

Escolaridade

Posições no *ranking*:

2008: 179^a 2010: 182^a



Escolaridade Campos do Jordão

Fonte: Fundação Seade, 2013.

Tal situação se deu em função do comportamento das variáveis que compõem a dimensão Escolaridade no período 2008-2010, a saber:

Taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos aumentou de 93,3% para 99,9%;

Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental) elevou-se de 41,3% para 53,2%;

Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental) cresceu de 18,0% para 25,1%;

Percentual de alunos com atraso escolar no ensino médio variou de 22,2% para 23,5%.

Síntese

O município registrou avanços em todas as dimensões do IPRS. Nas dimensões sociais, o escore de longevidade está abaixo do nível médio do Estado, enquanto o de escolaridade está acima da média estadual.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** a seguir traz o resumo dos indicadores socioeconômicos e de planejamento territorial de Campos do Jordão.

Indicadores de Campos do Jordão 2010

Indicadores	
População total ¹ – 2010	47.758
Índice de Envelhecimento – 2010 (Em %)	37,59
Taxa de Mortalidade – 2010 (Por mil habitantes)	57,78
Produto Interno Bruto ² – 2009 (Em milhões de reais)	546,44
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> ³ – 2009 (Em reais)	11.750
Características de Política Municipal de Drenagem Urbana	
Existência de Plano Diretor de drenagem urbana/manejo de águas pluviais	Não, o plano está em elaboração
Existência de Plano Diretor com diretrizes relativas à drenagem urbana	Sim, mas o Plano Diretor não está regulamentado
Existência de Plano Municipal de saneamento básico com ações relativas à drenagem urbana	Não
Existência de órgão ou unidade da administração direta municipal responsável pela manutenção do sistema de drenagem urbana	Sim
Existência de cadastro da rede de drenagem urbana	Não
Existência de mapeamento das áreas do município com risco de inundações ou deslizamentos	Sim
Existência de plano de ação emergencial para os problemas causados por chuvas	Sim
Utilização pela Prefeitura de informações pluviométricas ou meteorológicas para monitoramento de chuvas	Sim
Utilização pela Prefeitura de informações fluviométricas ou hidrológicas para monitoramento de cursos d'água	Não

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

1. População projetada pela Fundação Seade. 2. O PIB do município é estimado somando os impostos ao VA total. 3. O PIB *per capita* foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Nota: ND = não disponível.

GUARATINGUETÁ

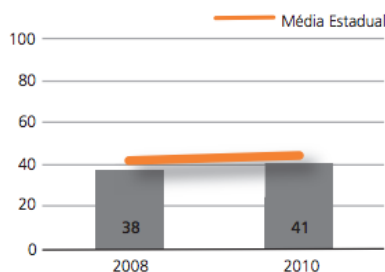
Guaratinguetá, nas edições de 2008 e 2010 do IPRS, classificou-se no Grupo 2, que agrega os municípios bem posicionados na dimensão riqueza, mas com deficiência em pelo menos um dos indicadores sociais.

No *ranking* 2010 o município apresentou as seguintes posições: 111^a. em Riqueza. 498^a. em Longevidade e 379^a em Escolaridade, como se verifica nas figuras a seguir.

Quanto à dimensão Riqueza, embora tenha somado pontos, o indicador agregado é inferior à média estadual e o município perdeu posições nesse *ranking* no período.

Riqueza

Posições no *ranking*:



Riqueza Guaratinguetá

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Riqueza no período 2008-2010, a saber:

Consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 14,0 MW para 15,1 MW;

Consumo de energia elétrica por ligação residencial manteve-se em 2,2 MW;

Rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 1.687 para R\$ 1.786;

valor adicionado per capita cresceu de R\$ 11.587 para R\$ 12.831.

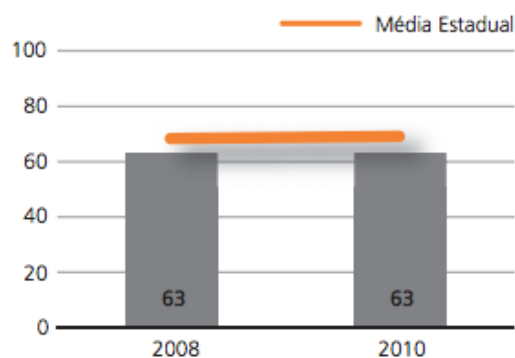
Síntese: Guaratinguetá registrou estabilidade no indicador agregado de longevidade, situa-se abaixo do escore estadual. Sua posição relativa no conjunto dos municípios piorou nesta dimensão.

Longevidade

Posições no ranking:

2008: 424^a

2010: 498^a



Longevidade Guaratinguetá

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Longevidade no período 2008-2010, a saber:

Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) elevou-se de 13,3 para 14,1;

Taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) variou de 14,7 para 15,4;

Taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) manteve-se em 1,7;

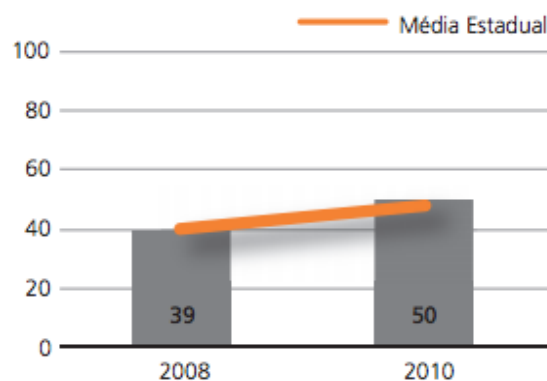
Taxa de mortalidade das pessoas de 60 a 69 anos (por mil habitantes) diminuiu de 20,6 para 19,4.

Entre 2008 e 2010 o município aumentou seu indicador agregado de escolaridade e melhorou sua posição no ranking. Seu escore é superior ao nível médio do Estado.

Escolaridade

Posições no *ranking*:

2008: 451^a 2010: 379^a



Escolaridade Guaratinguetá

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Escolaridade no período 2008-2010, a saber:

a taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos aumentou de 66,4% para 84,2%;

a média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental) elevou-se de 35,1% para 47,0%;

a média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental) elevou-se de 16,2% para 22,9%;

o percentual de alunos com atraso escolar no ensino médio variou de 21,2% para 21,9%.

Síntese: O município teve seus indicadores agregados de riqueza e escolaridade crescentes, mantendo estável seu escore de longevidade. Em termos de dimensões sociais, o escore de longevidade está abaixo do nível médio do Estado, enquanto o de escolaridade está acima da média estadual.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** a seguir traz o resumo dos indicadores socioeconômicos e de planejamento territorial de Guaratinguetá.

Indicadores Guaratinguetá 2010

Indicadores – 2012	
População total ¹ – 2010	146.807
Índice de Envelhecimento – 2010 (Em %)	44,24
Taxa de Mortalidade – 2010 (Por mil habitantes)	50,80
Produto Interno Bruto ² – 2009 (Em milhões de reais)	4.172,25
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> ³ – 2009 (Em reais)	28.851
Características de Política Municipal de Drenagem Urbana	
Existência de Plano Diretor de drenagem urbana/manejo de águas pluviais	Não, o plano está em elaboração
Existência de Plano Diretor com diretrizes relativas à drenagem urbana	O Plano Diretor não possui diretrizes relativas à drenagem urbana
Existência de Plano Municipal de saneamento básico com ações relativas à drenagem urbana	Não
Existência de órgão ou unidade da administração direta municipal responsável pela manutenção do sistema de drenagem urbana	Sim
Existência de cadastro da rede de drenagem urbana	Sim
Existência de mapeamento das áreas do município com risco de inundações ou deslizamentos	Sim
Existência de plano de ação emergencial para os problemas causados por chuvas	Não
Utilização pela Prefeitura de informações pluviométricas ou meteorológicas para monitoramento de chuvas	Sim
Utilização pela Prefeitura de informações fluviométricas ou hidrológicas para monitoramento de cursos d'água	Sim

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

1. População projetada pela Fundação Seade. 2. O PIB do município é estimado somando os impostos ao VA total. 3. O PIB *per capita* foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Nota: ND = não disponível.

PINDAMONHANGABA

Pindamonhangaba classificou-se, nas edições de 2008 e 2010 do IPRS, no Grupo 2, que agrega os municípios bem posicionados na dimensão riqueza, mas com deficiência em pelo menos um dos indicadores sociais.

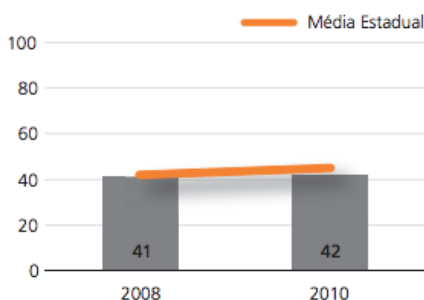
No *ranking* 2010 o município apresentou as seguintes posições: 68^a. em Riqueza. 325^a. em Longevidade e 532^a. em Escolaridade, como se verifica nos Gráficos 7, 8 e 9 a seguir.

Pindamonhangaba somou um ponto no indicador agregado de riqueza, no entanto, encontra-se abaixo da média estadual e perdeu posições nesse *ranking* no período.

Riqueza

Posições no *ranking*:

2008: 57^a 2010: 68^a



Riqueza Pindamonhangaba

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Riqueza no período 2008-2010, a saber:

Consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 10,9 MW para 11,9 MW;

Consumo de energia elétrica por ligação residencial aumentou de 2,1 MW para 2,2 MW;

Rendimento médio do emprego formal variou de R\$ 1.958 para R\$ 2.000;

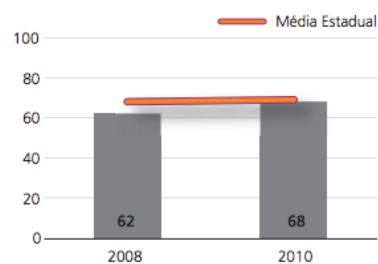
Valor adicionado per capita decresceu de R\$ 30.974 para R\$ 22.676.

Pindamonhangaba realizou avanços na dimensão Longevidade, somando pontos no escore, mas situa-se abaixo da média estadual. Com esse desempenho, o município conquistou posições no ranking.

Longevidade

Posições no ranking:

2008: 457^a 2010: 325^a



Longevidade Pindamonhangaba

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Longevidade no período 2008-2010, a saber:

Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,3 para 12,4;

Taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 17,4 para 14,8;

Taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) diminuiu de 1,4 para 1,2;

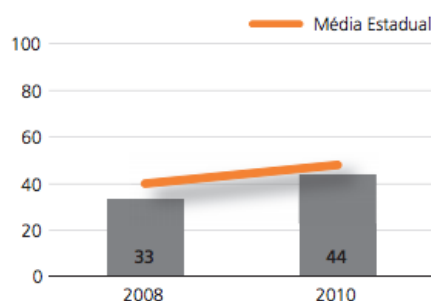
Taxa de mortalidade das pessoas de 60 a 69 anos (por mil habitantes) diminuiu de 19,2 para 17,6.

O município realizou avanços na dimensão Escolaridade, somando pontos nesse escore no período, e melhorando sua posição.

Escolaridade

Posições no ranking:

2008: 568^a 2010: 532^a



Escolaridade Pindamonhangaba

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Escolaridade no período 2008-2010, a saber:

Taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos aumentou de 37,0% para 57,9%;

Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental) cresceu de 34,7% para 43,0%;

Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental) aumentou de 16,8% para 23,6%;

Percentual de alunos com atraso escolar no ensino médio variou de 19,3% para 20,5%.

Síntese: O município registrou avanços em todas as dimensões do IPRS. Nas dimensões sociais, os níveis de longevidade e de escolaridade estão abaixo da média do Estado.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** a seguir traz o resumo dos indicadores socioeconômicos e de planejamento territorial de Pindamonhangaba.

Indicadores Pindamonhangaba 2010

Indicadores – 2012	
População total ¹ – 2010	146.807
Índice de Envelhecimento – 2010 (Em %)	44,24
Taxa de Mortalidade – 2010 (Por mil habitantes)	50,80
Produto Interno Bruto ² – 2009 (Em milhões de reais)	4.172,25
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> ³ – 2009 (Em reais)	28.851
Características de Política Municipal de Drenagem Urbana	
Existência de Plano Diretor de drenagem urbana/manejo de águas pluviais	Não, o plano está em elaboração
Existência de Plano Diretor com diretrizes relativas à drenagem urbana	O Plano Diretor não possui diretrizes relativas à drenagem urbana
Existência de Plano Municipal de saneamento básico com ações relativas à drenagem urbana	Não
Existência de órgão ou unidade da administração direta municipal responsável pela manutenção do sistema de drenagem urbana	Sim
Existência de cadastro da rede de drenagem urbana	Sim
Existência de mapeamento das áreas do município com risco de inundações ou deslizamentos	Sim
Existência de plano de ação emergencial para os problemas causados por chuvas	Não
Utilização pela Prefeitura de informações pluviométricas ou meteorológicas para monitoramento de chuvas	Sim
Utilização pela Prefeitura de informações pluviométricas ou hidrológicas para monitoramento de cursos d'água	Sim

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.
1. População projetada pela Fundação Seade. 2. O PIB do município é estimado somando os impostos ao VA total. 3. O PIB *per capita* foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Nota: ND = não disponível.

SANTO ANTONIO DO PINHAL

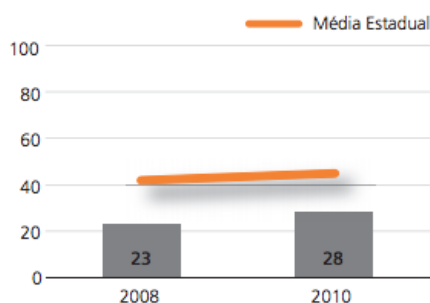
Santo Antonio do Pinhal classificou-se, nas edições de 2008 e 2010 do IPRS, no Grupo 4, que agrega os municípios com baixos níveis de riqueza e com deficiência em um dos indicadores sociais (longevidade ou escolaridade).

No *ranking* 2010 o município apresentou as seguintes posições: 546^a. em Riqueza. 629^a. em Longevidade e 349^a. em Escolaridade, como verifica nos Gráficos 10, 11 e 12 a seguir.

Santo Antonio do Pinhal somou pontos em seu escore de riqueza no último período, e avançou posições nesse *ranking*. Entretanto, seu índice situa-se abaixo do nível médio estadual.

Riqueza

Posições no *ranking*:



Riqueza Santo Antônio do Pinhal

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Riqueza no período 2008-2010, a saber:

Consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços manteve-se em 5,2 MW;

Consumo de energia elétrica por ligação residencial variou de 2,2 MW para 2,3 MW;

Rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 864 para R\$ 1.173;

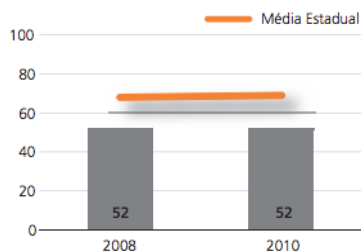
Valor adicionado per capita elevou-se de R\$ 2.110 para R\$ 2.873.

Santo Antonio do Pinhal registrou estabilidade no indicador agregado de longevidade, situando-se abaixo do escore estadual. Sua posição relativa no conjunto dos municípios piorou nesta dimensão.

Longevidade

Posições no ranking:

2008: 610^a 2010: 629^a



Longevidade Santo Antônio do Pinhal

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Longevidade no período 2008-2010, a saber:

Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 27,3 para 22,1;

Taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) variou de 24,4 para 24,9;

Taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) cresceu de 1,4 para 1,8;

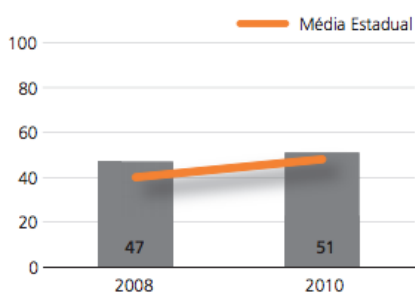
Taxa de mortalidade das pessoas de 60 a 69 anos (por mil habitantes) variou de 15,3 para 16,8.

Santo Antonio do Pinhal acrescentou pontos no escore Escolaridade no período e está acima da média estadual. Embora com esse desempenho, o município perdeu posições no ranking dessa dimensão.

Escolaridade

Posições no ranking:

2008: 215^a 2010: 349^a



Escolaridade Santo Antônio do Pinhal

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Escolaridade no período 2008-2010, a saber:

Taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos aumentou de 90,1% para 100,0%;

Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental) elevou-se de 33,8% para 41,2%;

Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental) decresceu de 29,0% para 26,8%;

Percentual de alunos com atraso escolar no ensino médio variou de 30,4% para 29,6%.

Síntese: No âmbito do IPRS, o município teve seus indicadores agregados de riqueza e escolaridade crescentes, mantendo estável seu escore de longevidade. Em dimensões sociais, o escore de longevidade está abaixo do nível médio do Estado, enquanto o de escolaridade está acima da média estadual.

A Erro! Fonte de referência não encontrada. a seguir traz o resumo dos indicadores socioeconômicos e de planejamento territorial de Santo Antonio do Pinhal.

Indicadores Santo Antonio do Pinhal 2010

Indicadores	
População total ¹ – 2010	6.485
Índice de Envelhecimento – 2010 (Em %)	52,94
Taxa de Mortalidade – 2010 (Por mil habitantes)	52,57
Produto Interno Bruto ² – 2009 (Em milhões de reais)	56,59
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> ³ – 2009 (Em reais)	8.207
Características de Política Municipal de Drenagem Urbana	
Existência de Plano Diretor de drenagem urbana/manejo de águas pluviais	Não possui Plano Diretor de Drenagem Urbana
Existência de Plano Diretor com diretrizes relativas à drenagem urbana	Não possui Plano Diretor ou está em elaboração
Existência de Plano Municipal de saneamento básico com ações relativas à drenagem urbana	Não
Existência de órgão ou unidade da administração direta municipal responsável pela manutenção do sistema de drenagem urbana	Sim
Existência de cadastro da rede de drenagem urbana	Não
Existência de mapeamento das áreas do município com risco de inundações ou deslizamentos	Sim
Existência de plano de ação emergencial para os problemas causados por chuvas	Não
Utilização pela Prefeitura de informações pluviométricas ou meteorológicas para monitoramento de chuvas	Sim
Utilização pela Prefeitura de informações fluviométricas ou hidrológicas para monitoramento de cursos d'água	Não

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

1. População projetada pela Fundação Seade. 2. O PIB do município é estimado somando os impostos ao VA total. 3. O PIB *per capita* foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Nota: ND = não disponível.

SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

São Bento do Sapucaí, nas Edições de 2008 e 2010 do IPRS, classificou-se no Grupo 5, que agrega os municípios com baixos níveis de riqueza e indicadores de longevidade e escolaridade insatisfatórios.

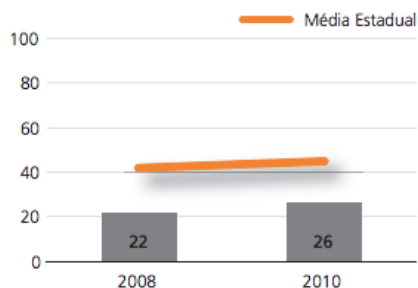
No *ranking* 2010 o município apresentou as seguintes posições: 593^a. em Riqueza. 576^a. em Longevidade e 429^a. em Escolaridade, como se verifica nos Gráficos 13, 14 e 15 a seguir.

São Bento do Sapucaí somou pontos em seu escore de riqueza no último período, e avançou posições nesse *ranking*. No entanto, seu índice situa-se abaixo do nível médio estadual.

Riqueza

Posições no ranking:

2008: 605^a 2010: 593^a



Riqueza São Bento do Sapucaí

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Riqueza no período 2008-2010, a saber:

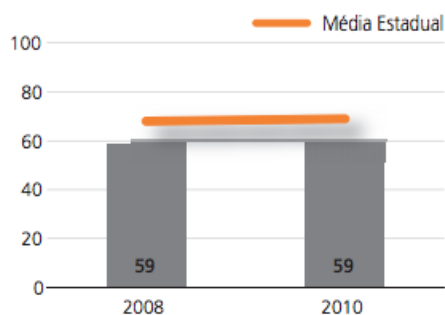
- Consumo anual de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços variou de 4,3 MW para 4,6 MW;
- Consumo de energia elétrica por ligação residencial elevou-se de 1,8 MW para 2,0 MW;
- Rendimento médio do emprego formal aumentou de R\$ 930 para R\$ 1.040;
- Valor adicionado per capita cresceu de R\$ 2.593 para R\$ 3.469.

São Bento do Sapucaí registrou estabilidade no indicador agregado de longevidade, situando-se abaixo do escore estadual. Sua posição relativa no conjunto dos municípios piorou nesta dimensão.

Longevidade

Posições no ranking:

2008: 527^a 2010: 576^a



Longevidade São Bento do Sapucaí

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Longevidade no período 2008-2010, a saber:

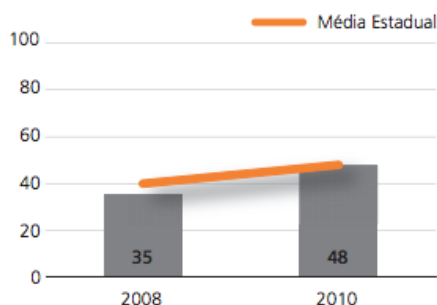
- Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) elevou-se de 22,3 para 24,9;
- Taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) cresceu de 16,6 para 19,2;
- Taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 1,3 para 1,1;
- Taxa de mortalidade das pessoas de 60 a 69 anos (por mil habitantes) decresceu de 20,1 para 15,3.

O município realizou avanços na dimensão Escolaridade, ganhando posições no ranking no último período. O indicador sintético de escolaridade é igual à média estadual.

Escolaridade

Posições no *ranking*:

2008: 540^a 2010: 429^a



Escolaridade São Bento do Sapucaí

Fonte: Fundação Seade, 2013

Esse posicionamento se deu devido ao comportamento das variáveis que compõem a dimensão Escolaridade no período 2008-2010, a saber:

Taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 5 anos variou de 58,4% para 58,7%;

Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do ensino fundamental) cresceu de 33,7% para 47,1%;

Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do ensino fundamental) cresceu de 15,4% para 33,0%;

Percentual de alunos com atraso escolar no ensino médio reduziu-se de 25,0% para 23,7%.

Síntese: No âmbito do IPRS, o município teve seus indicadores agregados de riqueza e escolaridade crescentes, mantendo estável seu escore de longevidade. Em termos de dimensões sociais, o nível de longevidade é inferior à média do Estado, enquanto o de escolaridade é igual ao valor médio estadual.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** a seguir traz o resumo dos indicadores socioeconômicos e de planejamento territorial de São Bento do Sapucaí.

Indicadores São Bento do Sapucaí 2010

Indicadores	
População total ¹ – 2010	10.467
Índice de Envelhecimento – 2010 (Em %)	71,89
Taxa de Mortalidade – 2010 (Por mil habitantes)	47,65
Produto Interno Bruto ² – 2009 (Em milhões de reais)	91,41
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> ³ – 2009 (Em reais)	8.336
Características de Política Municipal de Drenagem Urbana	
Existência de Plano Diretor de drenagem urbana/manejo de águas pluviais	Não, o plano está em elaboração
Existência de Plano Diretor com diretrizes relativas à drenagem urbana	Não possui Plano Diretor ou está em elaboração
Existência de Plano Municipal de saneamento básico com ações relativas à drenagem urbana	Não
Existência de órgão ou unidade da administração direta municipal responsável pela manutenção do sistema de drenagem urbana	Sim
Existência de cadastro da rede de drenagem urbana	Não
Existência de mapeamento das áreas do município com risco de inundações ou deslizamentos	Sim
Existência de plano de ação emergencial para os problemas causados por chuvas	Sim
Utilização pela Prefeitura de informações pluviométricas ou meteorológicas para monitoramento de chuvas	Sim
Utilização pela Prefeitura de informações fluviométricas ou hidrológicas para monitoramento de cursos d'água	Não

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

1. População projetada pela Fundação Seade. 2. O PIB do município é estimado somando os impostos ao VA total. 3. O PIB *per capita* foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Nota: ND = não disponível.

Anexo 8 - Síntese das políticas de preservação do patrimônio arqueológico no Brasil

Segundo Cali (2005), as políticas de preservação do patrimônio arqueológico no Brasil basicamente estiveram restritas a ações governamentais. A comunidade científica priorizou a pesquisa desde o antigo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA (1965 – 1971), sem significativas preocupações com os sítios destruídos através de escavações arqueológicas ou no processo de urbanização do país, que requeriam amplo inventário para sua proteção⁴.

O humanista Paulo Duarte, ao retornar do exílio, onde permaneceu por sua oposição ao Estado Novo, propôs duas importantes medidas: “o desenvolvimento de instituições arqueológicas acadêmicas e a proteção ao patrimônio” (FUNARI, 1998: 16). A instituição criada em São Paulo foi o Instituto de Pré-História, vinculado à Universidade de São Paulo, dando-lhe um caráter científico juntamente com pesquisadores que ele ajudou a trazer ao Brasil. Já a proteção, conseguiu desempenhando importante papel na promulgação de uma legislação preservacionista do patrimônio arqueológico (DE BLASIS, 1991: 167).

Não por acaso, Paulo Duarte focalizou sua atenção e esforços sobre os sambaquis (BLASIS, 1991: 165), porque os fascinava enquanto objeto de estudo, mas também por preocupar-se com a sua acelerada destruição, utilizados para fins comerciais.

Mas, os seus sucessores preferiram apenas o caminho da pesquisa ao da preservação. Postura esta que chega até nossos dias, apenas recentemente sendo alterada. Afinal, mesmo a escavação sistemática é uma forma de destruição. Alain Ferdière (1980), em seu artigo *La Fouille pour quoi faire?*, já questionou os fundamentos e motivações do arqueólogo para a escavação, atividade destrutiva comparada com “a imagem do livro que se arranca e queima as páginas com fúria a medida em que se lê – bem ou mal (...)” (FERDIÈRE, 1980: 25).

Foi na esfera governamental, não acadêmica, que a preservação do patrimônio arqueológico encontrou espaço, inserindo-se nas políticas de proteção ao patrimônio cultural, ainda que de forma periférica.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 1937 pelo esforço de alguns intelectuais ligados ao movimento modernista, nasceu no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional e procurou delinear um perfil para a “nação brasileira”, restaurando e conservando bens culturais que dessem suporte à construção de uma identidade nacional.

Coube ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), denominação atual, o papel de identificação, promoção e gerenciamento dos bens tombados e do conjunto do patrimônio cultural da União.

Desde sua criação, o seu desempenho avançou em vários âmbitos, sejam eles no campo teórico, político ou jurídico. Os conceitos de valorização e preservação dos bens, antes restritos aos considerados monumentos e obras de arte, foram ampliados e democratizados. Incorporaram o patrimônio cultural não consagrado (conjunto de vilas operárias, senzalas, coleção de ex-votos, entre outros), como também o patrimônio natural. Na área legal, o processo de criação de leis e portarias,

⁴ Acrescente-se que as pesquisas do PRONAPA, além de não resultarem em preservação de parte de cada sítio para pesquisas futuras (bloco testemunho ou similar) e aproveitamento educacional do local, tornaram-se referência para justificar futuros empreendimentos naquelas localidades, pois se justificava que o Programa já havia pesquisado a região, sendo desnecessários outros estudos e levantamentos.

ao longo da existência do Iphan, permitiu que na atual Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 216, viesse a se adotar uma concepção progressista de patrimônio cultural.

Em relação aos sítios arqueológicos e seus componentes, o gerenciamento é de responsabilidade do Iphan. A legislação determina ser todo patrimônio arqueológico um bem da União. Portanto, essa responsabilidade incide sobre sítios arqueológicos cadastrados e a diversos acervos, provenientes de pesquisa sistemática ou não, desenvolvida por instituições públicas e privadas.

Em fins dos anos 1960, a política de preservação do patrimônio cultural foi adotada também pelos estados, quando foi criado, no caso de São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

A partir de fins dos anos 1970 e início da década de 1980, foi o momento dos municípios se preocuparem em assumir suas atribuições constitucionais para a defesa do patrimônio cultural. Em algumas cidades foram criados Conselhos Municipais de Preservação para estabelecer as diretrizes de proteção do patrimônio local, e, por vezes, órgãos municipais, como Departamentos ou Diretorias específicas para coordenar as políticas municipais (quando o caso, em conjunto com os conselhos municipais) e executá-las através do reconhecimento, proteção, tombamento, valorização e divulgação do patrimônio cultural.

Algumas cidades optaram celebrar convênios com Universidades Públicas e Privadas⁵ para a realização de trabalhos na área de arqueologia, principalmente em relação à pesquisa em sítios arqueológicos e à constituição de Museus Regionais, utilizando-se o acervo proveniente das escavações. Posteriormente, abriu-se nova possibilidade, através de Organizações não Governamentais – ONGs e empresas especializadas na área.

O estabelecimento de convênio com Universidades era uma opção economicamente mais viável, pois dispensava a remuneração dos profissionais especializados, custeando apenas suas despesas e fornecendo mão de obra para apoio aos trabalhos. Além da vantagem econômica, contava-se com profissionais provenientes de instituições reconhecidas, como a Universidade de São Paulo. Entretanto, a diretriz das pesquisas seguia uma orientação científica e acadêmica, concentrando-se em sítios e áreas da cidade do interesse da equipe de arqueólogos ali presente. A pesquisa e a identificação dos sítios muitas vezes desvinculavam-se do planejamento urbano da cidade. Assim, o Poder Público Municipal poderia financiar um projeto de levantamento e salvamento de sítios arqueológicos em uma área da cidade que não corria qualquer risco de destruição, enquanto outras áreas, ameaçadas pelo crescimento urbano, tinham seus sítios arqueológicos destruídos.

Embora a Constituição Federal conceba o patrimônio cultural brasileiro de forma abrangente, as atuações governamentais têm privilegiado alguns setores, particularmente o patrimônio edificado, com inventários e restaurações, principalmente nos centros históricos mais conhecidos (Ouro Preto e Mariana – MG, Olinda e Recife – PE, Salvador – BA, Rio de Janeiro – RJ, etc.). Geralmente edifícios de uma elite social, cuja monumentalidade é visível por todos, atingindo, assim, resultados eleitoreiros imediatos. Na maioria das vezes, a ausência de uma proposta adequada de uso do Bem restaurado e de um programa educacional voltado para o patrimônio, faz com que não se estabeleçam vínculos históricos e culturais da comunidade com aquele patrimônio.

⁵ No Estado de São Paulo, coube ao Instituto de Pré-História, desde sua criação em fins de 1959 até 1989, com a fusão ao Museu de Arqueologia e Etnologia, ambos da Universidade de São Paulo. Dentre as Universidades particulares, podemos destacar o Instituto de Pesquisa em Arqueologia, da Universidade Católica de Santos, criado em 1992 e o Núcleo de Arqueologia da Universidade Brás Cubas – NAUBC (Mogi das Cruzes), criado em 1995.

O privilégio recebido por algumas áreas do patrimônio cultural e a falta de uma política em longo prazo é sintomático da precariedade com que a matéria vem sendo tratada por alguns setores do Poder Público.

Levantamento de Cali (2005: 11 e 12) utilizando os dados oficiais do Iphan sobre os “Principais projetos executados com recursos da ‘Dotação Extra’”⁶, nos anos de 1995, 1996 e 1997, revelou que, dentre os cerca de vinte principais projetos, apenas dois são de arqueologia. Embora tratem de sítios de grande importância para o país e de valor científico, não por acaso, são as duas áreas arqueológicas que mais aparecem na mídia.

Legislação Arqueológica

A Constituição Federal

O principal artigo da Constituição Federal sobre o Patrimônio Cultural é o de nº 216. Nele são incorporados os bens materiais e imateriais, vinculados à memória dos diferentes grupos da sociedade.

Art. 216. “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5.º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.

⁶ Principais projetos executados pelo Iphan, entre 1995 e 1997, com recursos próprios:

1995: Recuperação do Centro Histórico de Salvador (BA); Centro de Artes e Conservações de Ouro Preto (MG); **Exposição Permanente do Museu do Homem Americano (PI)**; Adequação da Casa França-Brasil (RJ); Conservação do Prédio do Museu de Arte Moderna (RJ);

1996: Museu Aberto do Descobrimento (BA); Construção do Anexo do Teatro Municipal (RJ); **Preservação e Valorização do Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões (RS)**; Obras emergenciais no Museu Nacional (RJ); Restauo e reforma de diversos museus do Rio de Janeiro, como o Palácio Capanema, Arquivo Histórico do Itamaraty e Museu Histórico Nacional (RJ);

1997: Construção de depósito climatizado na Cinemateca Brasileira (SP); Complementação da obra do Arquivo Público Mineiro (MG); Restauo e reforma da Pinacoteca do Estado (SP); Reforma e modernização de teatros, em diversos Estados; construção de centros e espaços culturais em todo em vários estados.

Dados fornecidos pelo Iphan.

Normas Federais

Lei Federal 3924/61: trata da proteção do patrimônio arqueológico. Ela utiliza muitos termos imprecisos ou incorretos, e são limitados até mesmo em função do que se conhecia sobre arqueologia no Brasil em 1961. Assim, há referências a “monumentos arqueológicos ou pré-históricos” e “jazidas arqueológicas ou pré-históricas”. O próprio termo “jazida” é mais utilizado para se referir a um depósito natural de substâncias como minerais ou combustíveis para exploração comercial. Mas a lei também exemplifica alguns tipos de sítios incluídos nos termos utilizados, onde foram contemplados cemitérios indígenas, sambaquis, abrigos sob rocha, sítios cerâmicos, líticos ou com pinturas rupestres e outros.⁷ A lei considera que todos os objetos coletados nos sítios devem ficar sob a guarda do Poder Público. Este é o principal instrumento jurídico para a proteção do patrimônio arqueológico.

Portaria IPHAN 07/88: determina as normas e procedimentos para pesquisa e escavações arqueológicas, bem como a guarda de artefatos coletados. É através desta Portaria que se estabelece a relação Arqueólogo – IPHAN, em termos de pesquisa. Embora importante, a Portaria ainda carrega uma carga de exigência burocrática muito grande.

Portaria IPHAN 230/02: esta portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN compatibilizou a preservação do patrimônio arqueológico com os Licenciamentos Ambientais em empreendimentos potencialmente lesivos ao meio ambiente. Assim, obriga os responsáveis pelos empreendimentos à realização do levantamento arqueológico e o resgate de eventuais sítios arqueológicos encontrados e que seriam destruídos pelas obras de empreendimentos, tais como: hidrelétricas, oleodutos, estradas, loteamentos, sistemas de água e esgotos, e outros casos estabelecidos na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, de 1988. Define, em seu texto, os procedimentos do diagnóstico arqueológico em cada fase do licenciamento ambiental bem como para o resgate de sítios encontrados. Inovou ao definir que a guarda destes vestígios arqueológicos “deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso”. Até então, a manutenção da maioria dos acervos gerados pelas pesquisas arqueológicas ficava sob a responsabilidade de instituições públicas, gerando gastos para sua conservação, seu acondicionamento, comunicação, etc. Outro importante aspecto foi a obrigatoriedade da realização de programas de Educação Patrimonial, “os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma”. Importante na preservação e estudo de uma quantidade enorme de sítios e motivo da alteração e ampliação do mercado na área, falhou ao não estabelecer critérios claros e objetivos sobre procedimentos, formas e estudos necessários, gerando atuações distintas nas superintendências regionais do IPHAN, além de ampliar os processos burocráticos na área.

Portaria IPHAN 28/2003: Determina que os reservatórios de empreendimentos hidrelétricos de qualquer tamanho ou dimensão dentro do território nacional deverão doravante na solicitação da

⁷ Lei 3924/61. Art. 1º - “Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o Art. 180 da Constituição Federal.

(...) Art. 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios”.

renovação da licença ambiental de operação prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico da faixa de depleção. O IPHAN considerou as enormes perdas do Patrimônio Arqueológico ocorridas com a implantação de Usinas Hidrelétricas no Brasil; que apenas recentemente os referidos empreendimentos estão sendo objeto de estudos de impacto ambiental, e mais recentemente ainda estão a incorporar a variável destinada à proteção do Patrimônio Cultural Arqueológico. Também considerou a necessidade de reparar, minimizar e mitigar os impactos negativos potencialmente causados pela implantação dos referidos empreendimentos.

Lei Federal 7.542/86 (alterada pela Lei 10.166/00): dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais. Delega a Autoridade Naval a competência para os casos acima previstos. Pela lei, o Ministério da Cultura participaria, juntamente com a Autoridade Naval, no caso de realização de contrato para exploração de um Bem específico (art. 20, §1º); bem como seria “ouvido” para analisar bens resgatados, para fins de avaliação (§3). Nota-se que a referida lei se preocupa mais com os bens soçobrados, apesar de considerar os bens arqueológicos explicitamente (Art. 18). Tanto que em 2003 edita a Portaria 108/DPC, estabelecendo as Normas da Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos - NORMAM-10/DPC. Convém aqui salientar que há um consenso na comunidade arqueológica brasileira que o Patrimônio Arqueológico Subaquático deve ser tratado no mesmo nível do patrimônio arqueológico terrestre, objeto da Lei 3924/61, com pesquisas conforme o determinado na Portaria IPHAN 07/88, no âmbito de gerenciamento do IPHAN. Isso tem se manifestado através de uma série de documentos subscritos pelos arqueólogos, onde se destacam recomendações, moções, campanhas e cobranças junto ao IPHAN, principalmente manifestações da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), que, desde 1995. Tais manifestações vêm ocorrendo porque se acredita que a Lei 10.166 entra em conflito com o que estabelece a Constituição Federal, pois esta em seu artigo 216 considera os Bens arqueológicos como Bens da União, e que não podem ser destruídos, mutilados ou comercializados. Alega-se, portanto, a inconstitucionalidade da lei. Entretanto, a questão jamais foi submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal, e, portanto, é a lei em vigor. Ressalta-se que está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 7.566, de autoria da Deputada maranhense Nice Lobão, baseada na “Moção do I Simpósio Internacional de Arqueologia Subaquática”. A Deputada propõe a extinção da atual Lei Federal nº 10.166/00.

Lei Federal 9605/88: dispõe as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Em sua “Seção IV” trata dos crimes contra o Patrimônio Cultural.

Normas Estaduais

Resolução da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA 34/03: Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA.

Instrumentos jurídicos de proteção do patrimônio arqueológico

INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Artigo 216

NORMAS FEDERAIS

Lei Federal 3924/61	Portaria IPHAN 07/88	Portaria IPHAN 230/02	Lei Federal 7.542/86 (alterada pela Lei 10.166/00)	Lei Federal 9605/88
Trata da proteção do patrimônio arqueológico	Determina as normas e procedimentos para pesquisa e escavações arqueológicas	Compatibilizou a preservação do patrimônio arqueológico com os Licenciamentos Ambientais	Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens em águas sob jurisdição nacional	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. "Seção IV Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural"

NORMAS ESTADUAIS

Resolução SMA 34/03